



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA
INSPECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

RELATÓRIO
DE
AUDITORIA
PEDAGÓGICA

EBI/S DO NORDESTE

2004

ÍNDICE

CAPÍTULO I

Introdução	4
Objectivos	5
Metodologia	7

CAPÍTULO II

1 - Caracterização da escola	10
Identificação	10
Regime de funcionamento	10
Órgãos de administração e gestão	11
2 - População escolar	11
Caracterização da população escolar	11
Apoios socioeducativos	15
Enquadramento sociocultural das famílias	16
3 - Recursos humanos	17
Caracterização do pessoal docente	17
Distribuição do serviço docente	19
Caracterização do pessoal não docente	20
Satisfação do pessoal docente, discente, não docente e encarregados de educação.....	20
4 - Recursos físicos	23
Espaços	23
Equipamentos	24

Qualidade e bem-estar das instalações	24
5 - Recursos financeiros	25
Distribuição dos recursos financeiros da escola	25
6 - Projecto curricular	26
Ofertas curriculares	26
Cumprimento de programas	26
Tempo dedicado às aprendizagens	27
Apoio educativo	27
Formação de professores	28
7 - Contextos educativos	28
Participação da comunidade na vida da escola	28
Incidentes críticos	29
Participação da comunidade educativa nas decisões	29
Trabalho cooperativo entre professores	32
8 - Resultados dos alunos	33
Qualidade do sucesso	33
Taxa de abandono real	33
Percurso escolar de uma geração de alunos	37

CAPÍTULO III

1 - O desempenho da escola	38
Instrumentos de autonomia da escola	38
Funcionamento dos órgãos de gestão	40
O processo de avaliação dos alunos.....	41
Organização do apoio educativo.....	41
Alunos com Necessidades Educativas Especiais.....	41
Estruturas de orientação educativa.....	42

2 - Recomendações	43
Anexos	47

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A auditoria pedagógica, sendo uma modalidade de intervenção prevista no Plano Anual de Actividades da IRE, permite uma dinâmica de intervenção pedagógica, pela equipa inspectiva, que articula a avaliação interna da escola com a avaliação externa.

Esta actividade enquadra-se nas competências estabelecidas na alínea a) do artigo 3.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2002/A, de 26 de Julho, que aprovou a orgânica da Inspeção Regional de Educação. Incumbe-lhe, assim, *conceber, planear, coordenar e avaliar a execução de inspecções, auditorias e vistorias aos estabelecimentos e serviços integrados no sistema educativo (...), recolher informações e elaborar relatórios sobre a situação dos estabelecimentos e serviços em matéria pedagógica (...) no âmbito das acções inspectivas efectuadas.*

Nesse sentido, esta articulação não tem outro fim senão o de garantir a convergência de interesses e assegurar o controlo e a dinamização do sistema e das respectivas instituições.

Por outro lado, a auditoria enquadra-se numa filosofia que, sem esquecer a conformidade normativa, privilegia não só a compreensão das soluções e das iniciativas das escolas, como a necessidade de contextualizar certos aspectos, como garantia de um melhor funcionamento e de melhores resultados no âmbito das respectivas autonomias.

Para além disso, a auditoria é, em si mesma, uma estratégia de diagnóstico e de resolução de problemas, com capacidade mobilizadora das comunidades educativas.

Assim sendo, contribui para melhorar a qualidade da educação, na medida em que permite a realização dum processo que é continuamente construído e reflectido.

Sendo esta auditoria de carácter parcelar, o seu objecto centrou-se na avaliação dos alunos, nas suas vertentes pedagógica e organizacional, pretendendo desta forma avaliar o modo como a EBI/S do Nordeste organizou o respectivo processo.

A escolha desta área prendeu-se com a importância que o processo de avaliação dos alunos desempenha no contexto do ensino/aprendizagem sem esquecer que, a avaliação como elemento integrado, integrante e regulador da prática educativa, permite a recolha sistemática de informações destinadas a apoiar a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens.

Na impossibilidade de análise do processo em todas as disciplinas do currículo, foi seleccionada a Língua Portuguesa, por constituir uma área de formação transdisciplinar.

Decorrendo a reorganização curricular no ensino básico, interessou de forma particular verificar o modo como a escola em questão discutiu e pôs em execução e tem avaliado este novo modelo de organização pedagógica.

OBJECTIVOS

A auditoria teve como objectivos:

1. Analisar o modo como a **Escola Básica Integrada/S do Nordeste** organiza o processo de avaliação dos alunos.

Para isso foi necessário verificar se:

- Os documentos consolidadores da autonomia da escola contemplavam o domínio da avaliação dos alunos;
- Os critérios gerais de avaliação estavam definidos a nível de conselho pedagógico, operacionalizados em conselho de departamento /grupo/disciplina e aplicados em conselho de turma;

- Os critérios definidos contemplavam o domínio dos conhecimentos, competências, atitudes e valores;
- Os alunos e encarregados de educação eram intervenientes no processo de avaliação, de acordo com as normas previstas na lei;
- Eram praticadas as diferentes modalidades de avaliação;
- Eram utilizados meios de avaliação adequados e diversificados;
- Eram utilizadas diversas modalidades de apoio educativo;
- Os registos de avaliação dos alunos eram elaborados com clareza e em linguagem compreensível para os pais/ encarregados de educação;
- A escola reflectia sobre os resultados obtidos pelos alunos;
- Essa reflexão conduzia a alterações na organização do processo de ensino/aprendizagem;
- Era garantido a cada aluno, nos diversos ciclos de escolaridade e em cada disciplina, o desenvolvimento de competências específicas nos domínios da compreensão, expressão e conhecimento da Língua Portuguesa;
- A gestão curricular é o resultado da convergência de recursos e contextos educativos;
- Era garantida a avaliação no domínio da Língua Portuguesa em todas as disciplinas;
- Se a variedade curricular dos programas específicos implementados responde às necessidades específicas da escola.

2. Fomentar procedimentos indutores da auto-avaliação da escola, através da avaliação externa, com vista ao controlo da qualidade educativa.

METODOLOGIA

A acção compreendeu a revisão e actualização prévias do material constante dos cadernos I e II.

O caderno I reúne um conjunto de materiais de suporte teórico e organizativo do projecto de Auditoria, com carácter de documento orientador. É um manual de apoio aos inspectores auditores, bem como aos agentes das próprias escolas, ao mesmo tempo que funciona como documento de registo da informação recolhida pela escola. Esta recolha constituiu uma fase de auto-avaliação da Escola e serviu de base ao trabalho dos inspectores auditores.

O caderno II constitui o roteiro do trabalho da equipa inspectiva no terreno e contém a indicação do tipo de informação a obter.

A auditoria iniciou-se com o envio do ofício n.º 130, de 2004-04-14, pela IRE, a dar conta da selecção da unidade orgânica para o projecto de auditoria e a informar da data da 1.ª reunião a realizar com as diversas estruturas da escola.

A reunião de apresentação da auditoria à comunidade educativa realizou-se no dia 29 de Abril de 2004 e foi feita pela inspectora Maria Amélia Campos, coordenadora da acção e pelos inspectores estagiários Paulo Pereira, Nuno Gomes e Maria Dulce Mosca, tendo estado presente o Inspector Regional de Educação.

O trabalho de campo iniciou-se no dia 24 de Maio de 2004, com uma cuidada apresentação da escola pelo senhor Presidente do Conselho Executivo, e continuou até ao dia 28 de Maio. A sua realização foi da responsabilidade da equipa de inspectores atrás referida.

No âmbito do trabalho de campo procedeu-se:

1. Selecção da amostra:

- Seleccionaram-se, de forma aleatória, produções diárias de alunos de algumas turmas de todos os ciclos de ensino.

2. À análise de documentos:

- Projecto Educativo da Escola (P.E.E.);
- Plano Anual de Actividades (P.A.A.);
- Regulamento Interno (R.I.);
- Actas da Assembleia de Escola;
- Actas do Conselho Executivo;
- Actas do Conselho Pedagógico;
- Actas do Conselho de Departamento de Línguas;
- Actas do Conselho de Grupo/Disciplina de Língua Portuguesa;
- Actas de Conselhos de Turma;
- Actas dos Conselhos de Núcleo;
- Projectos Curriculares de Turma;
- Pautas do 1.º período de duas turmas por ano de escolaridade;
- Produções de crianças de Jardins-de-Infância;
- Cadernos de registo diário das actividades dos alunos do 1.º ciclo;
- Cadernos de registo diário de actividades dos alunos, relativos à disciplina de Língua Portuguesa, dos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário;
- Dossiês de Directores de Turma;
- Dossiê de grupo e departamento de Língua Portuguesa;
- Livros de registo de sumários;
- Dossiê de arquivo de documentos relativos à avaliação.

(As actas solicitadas foram as posteriores a Maio de 2003)

2. A entrevistas a elementos da escola:

- Presidente e vice-presidentes do Conselho Executivo;
- Presidente do Conselho Pedagógico;
- Presidente da Assembleia de Escola;
- Representante da Associação de Pais;
- Coordenador de Directores de Turma;
- Directores de Turma;
- Coordenadores de Núcleo
- Delegados/Representantes da disciplina de Língua Portuguesa dos 2.º e 3.º ciclos;

Concluído o trabalho de campo, a equipa elaborou o pré-relatório e apresentou-o à comunidade educativa no dia 9 de Julho de 2004.

No pré-relatório apresentou-se uma primeira síntese da observação e das recolhas efectuadas, possibilitando um confronto de opiniões com os presentes, uma vez que se tratava de uma visão externa da escola a ser confrontada com a visão interna da mesma. Houve lugar a um diálogo esclarecedor por parte de alguns elementos da escola, bem como a opiniões e justificações das respectivas tomadas de posição.

CAPÍTULO II

1 - CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Identificação: EBI/S do Nordeste

A Escola Básica Integrada/S do Nordeste fica situada na Rua do Rosário, s/n, 9630-173 - Nordeste, concelho de Nordeste, com o telefone n.º **296480140**, fax n.º **296480150** e correio electrónico **ebis.nordeste@azores.gov.pt**.

A EBI/S do Nordeste é constituída por 9 edifícios localizados em 7 espaços diferentes.

A escola serve uma população escolar oriunda de meios tipicamente rurais e dispersos, abrangendo todas as freguesias do concelho.

Regime de funcionamento

Todas as escolas funcionam em regime normal.

No edifício onde funciona o 2.º, 3.º ciclo e secundário, as actividades do período da manhã decorrem entre as 8:30 horas e as 12:45 horas. As actividades do período da tarde decorrem entre as 13:00 horas e as 16:00 horas.

Nas EB1/JI as actividades lectivas do período da manhã decorrem das 9:30 horas às 12:00 horas e à tarde decorrem entre as 13:00 horas e as 15:00 horas.

O tempo real de abertura semanal da escola para atendimento das necessidades dos alunos é de 40 horas, horário condicionado pelos transportes e/ou pelas actividades promovidas.

Órgãos de administração e gestão

Os órgãos de administração e gestão da escola encontram-se devidamente estruturados e desempenham as suas competências de acordo com o definido no Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, alterado pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril e aplicado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/99/A, de 21 de Maio.

2 - POPULAÇÃO ESCOLAR

A população escolar da EBI/S do Nordeste é constituída por um total de **931 alunos**.

Caracterização da população escolar

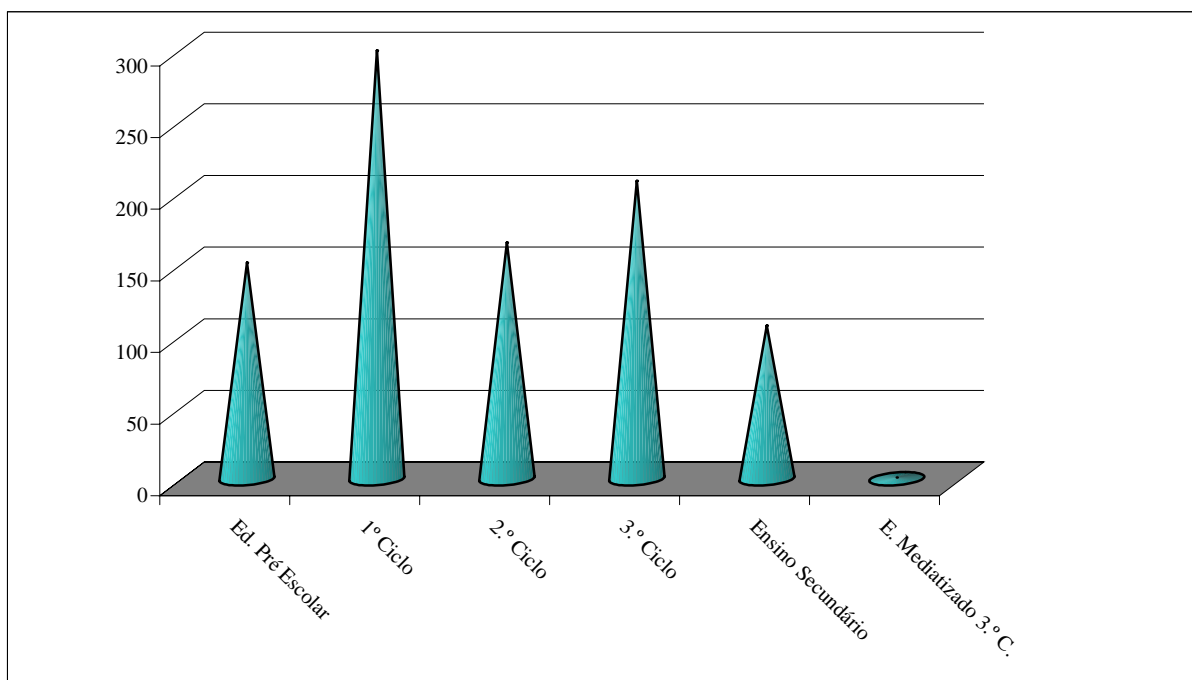


Gráfico 1

Da leitura do gráfico 1 verifica-se existir um número elevado de alunos que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico, quando comparado com os restantes ciclos de ensino.

É de referir que existe um aluno matriculado no ensino mediatizado – 3.º ciclo.

Educação pré-escolar

Crianças inscritas e admitidas

Idades	Total de crianças inscritas	Total de crianças inscritas pela 1. ^a vez	Total de crianças admitidas	Total de crianças admitidas pela 1. ^a vez
3 anos	20	20	20	20
4 anos	47	40	47	40
5 ou + anos	84	21	84	21
Total	151	81	151	81

Quadro 1

A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica e pretende contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso das aprendizagens. Assim, é primordial que todas as crianças em idade pré-escolar tenham a possibilidade de realizar actividades e experiências no seio do jardim-de-infância.

Da leitura do quadro constata-se que o total das crianças inscritas pela 1.^a vez corresponde ao total das crianças admitidas. Conclui-se que a EBI/S do Nordeste criou condições para o atendimento de todas as crianças.

Distribuição de crianças por grupo

	Total de grupos	<= 9	10 a 14	15 a 19	>= 20	N.º de crianças por grupo
N.º de grupos	10	2	4	0	4	Min. 6 Max. 22

Quadro 2

Da leitura do quadro, verifica-se que a distribuição das crianças por grupo, na educação pré-escolar, oscila entre as 6 e as 22 crianças. É de realçar a existência de 2 grupos constituídos por um n.º inferior ou igual a 9 crianças.

Outros ciclos

Dimensão e constituição das turmas

Das **20 turmas** existentes no **1.º ciclo**, verificamos que estas oscilam entre os **8** e os **24** alunos, havendo uma predominância de turmas constituídas por um número que varia entre os **15** e os **20** alunos.

As **8 turmas** do **2.º ciclo** do ensino básico são constituídas por um número que oscila entre os **13** e os **26** alunos.

O **3.º ciclo** do ensino básico conta com **4 turmas** do **7.º ano**, **2** do **8.º ano** e **2** turmas do **9.º ano**. O número de alunos por turma oscila entre os **23** e os **28**.

A distribuição das turmas no gráfico 2 permite-nos uma leitura mais cuidada da mesma:

Dimensão e constituição das turmas

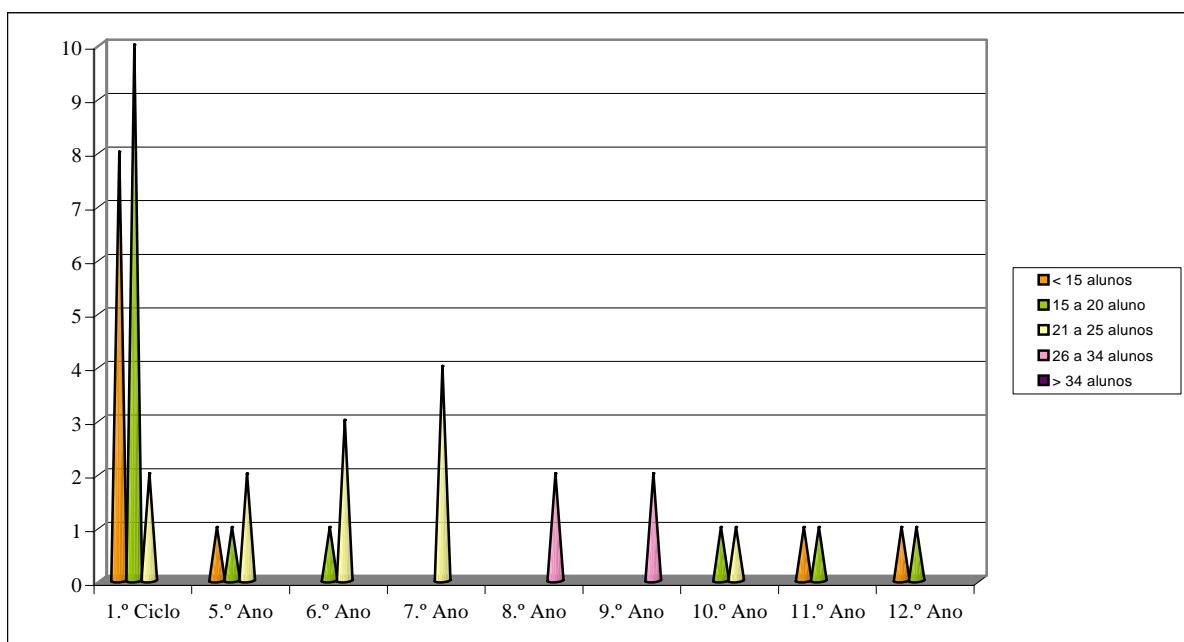


Gráfico 2

Número mínimo e máximo de alunos por turma

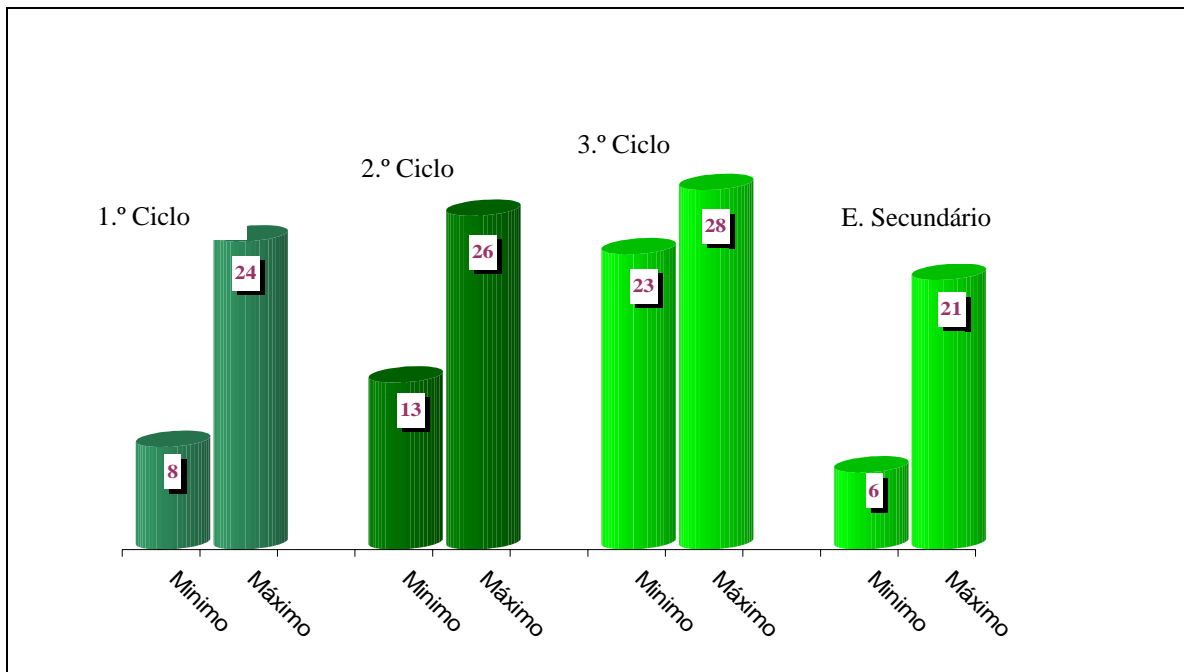


Gráfico 3

Da leitura do gráfico verificamos que o número mínimo de alunos por turma no ensino básico varia entre os **8** e os **23** alunos. No ensino secundário é de **6** o número mínimo de alunos por turma.

O número máximo de alunos, por sua vez, varia entre os **24** e os **28** alunos no ensino básico, enquanto no ensino secundário é de **21** alunos.

Número mínimo e máximo de alunos retidos por turma

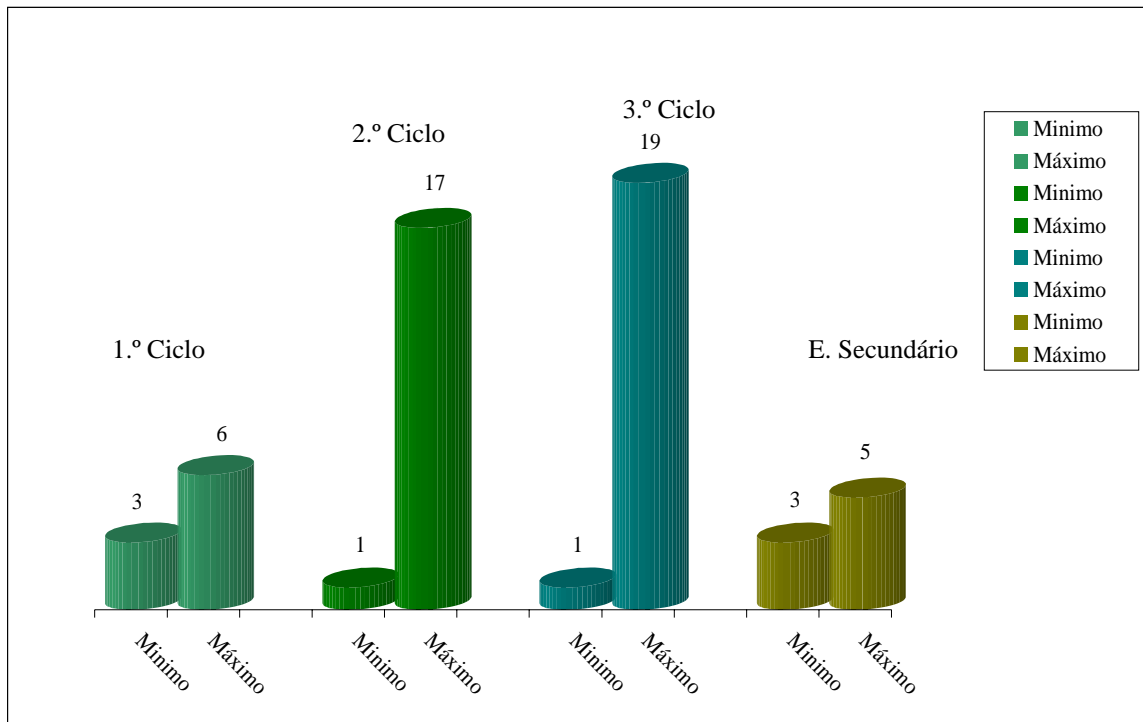


Gráfico 4

Da leitura do gráfico regista-se o elevado número de alunos com retenções que integram as turmas dos 2.º e 3.º ciclos. A escola informou que não foi aprovada pela DRE a proposta de criação do PROFIJ, programa no qual seria integrada uma turma de 19 alunos com retenções.

Apoios socioeducativos

De acordo com a informação da escola, **399** alunos beneficiam de **auxílios económicos directos (AED)**.

O número de alunos com transporte subsidiado em carreira pública é de **392** e os que beneficiam do circuito especial é de **7**.

Enquadramento sociocultural das famílias

Nível de escolaridade dos pais

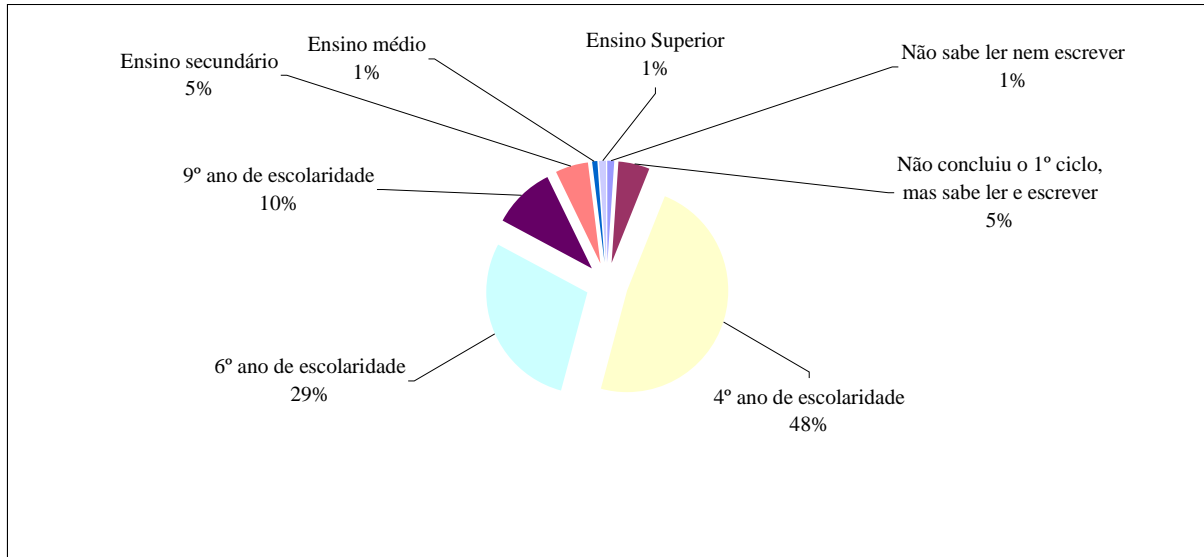


Gráfico 5

Do total de pais inquiridos, regista-se que **48%** possui o **4.º ano** de escolaridade e **10%** o **9.º ano**.

Só **5%** concluiu o ensino secundário e **2%** o ensino médio/superior.

É de destacar que, no universo dos inquiridos, existem 5 pessoas que não sabem ler nem escrever.

Caracterização socioprofissional dos pais

Habilitações académicas	N.º Inq.	Pais %	N.º Inq.	Mães %
Não sabe ler nem escrever	1	0	4	2
Não concluiu o 1.º ciclo, mas sabe ler e escrever	9	4	19	7
4.º ano de escolaridade	136	57	99	38
6.º ano de escolaridade	65	27	76	30
9.º ano de escolaridade	16	7	36	14
Ensino secundário	9	4	16	6
Ensino médio	0	0	3	1
Ensino superior	3	1	4	2

Quadro 3

Do total de inquiridos, verifica-se que o nível de habilitações académicas das mães é tendencialmente superior ao dos pais.

Enquadramento socioprofissional familiar

Nível profissional das famílias

A nível profissional, como se verifica no gráfico seguinte, a amostra recolhida dos pais revela uma dispersão por actividades, no âmbito da construção civil, agricultura e pesca independente, empregado de comércio e serviços, trabalho agrícola ou pesca e outros, enquanto que as mães se situam predominantemente na actividade doméstica.

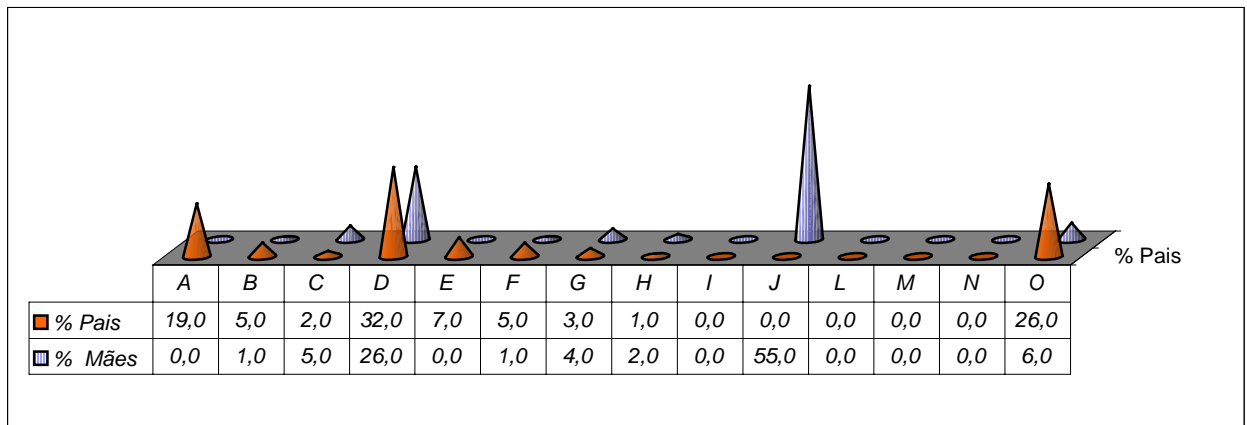


Gráfico 6 (Cfr. eixo nos anexos)

3 - RECURSOS HUMANOS

Caracterização do pessoal docente

Na EBI/S do Nordeste existem **105** docentes.

O gráfico 7 apresenta a distribuição dos docentes da escola pelas respectivas **categorias profissionais**:

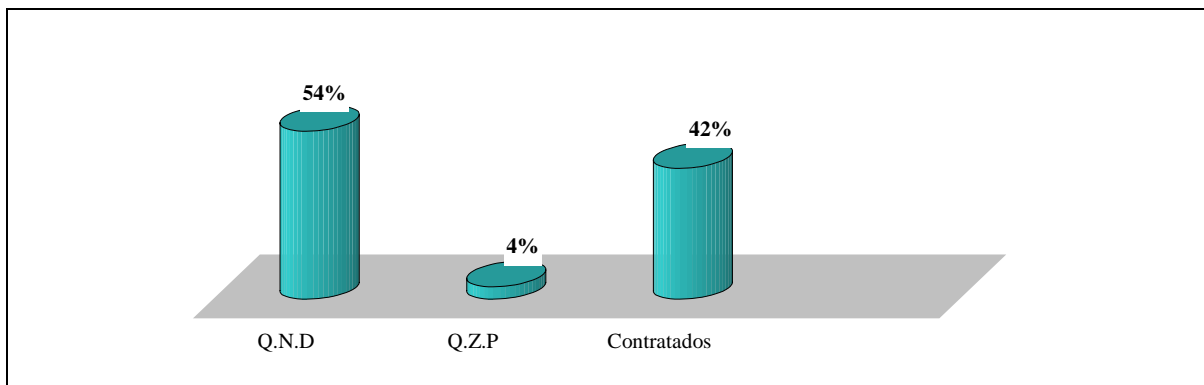


Gráfico 7

Os docentes em serviço efectivo na EBI/S do Nordeste são maioritariamente do quadro de nomeação definitiva, registando-se ainda a existência de **44** docentes contratados.

O relativo isolamento do concelho de Nordeste e consequentemente desta escola tem condicionado a estabilização do quadro docente daquela unidade orgânica, registando-se ainda uma grande mobilidade de docentes.

Qualificação profissional dos docentes

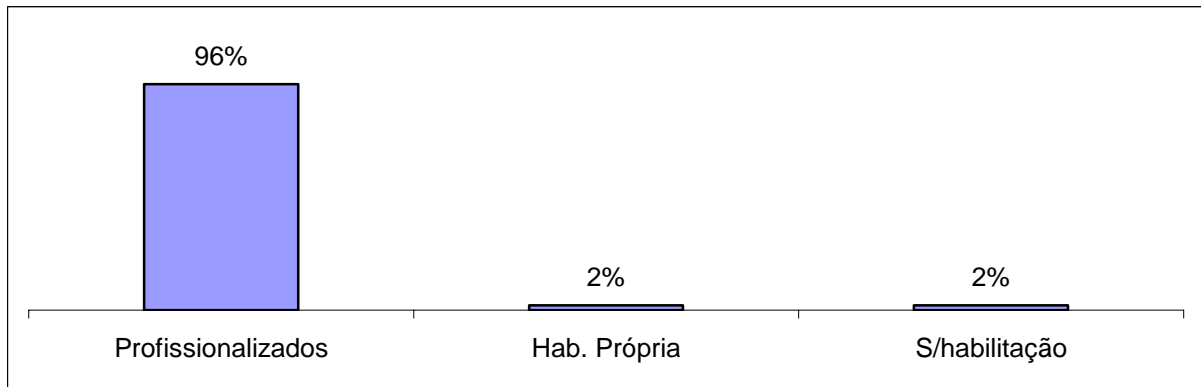


Gráfico 8

Quanto ao **nível de qualificação profissional**, os docentes da escola são maioritariamente **profissionalizados**.

Experiência e antiguidade profissional

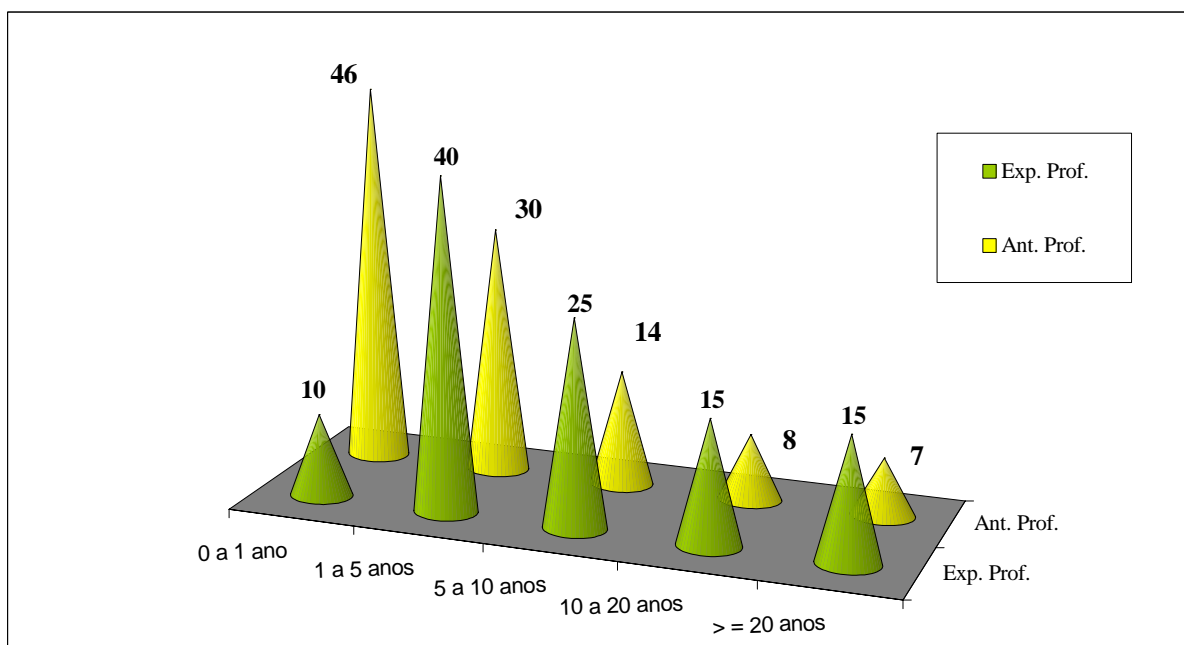


Gráfico 9

Relativamente à **experiência profissional**, verificamos que a maioria dos docentes tem entre **1 e 5 anos** de serviço, concluindo-se existir um quadro docente bastante jovem.

Quanto à **antiguidade dos docentes** constatamos que a maioria desempenha a sua actividade docente na escola há menos de 1 **ano**, situação que poderá constituir uma dificuldade para a unidade orgânica ao nível da sua estabilidade organizativa e pedagógica.

Relativamente à distribuição do serviço docente, verificou-se que, num total de **105** semanários-horários, apenas **4** são incompletos.

Distribuição do serviço docente

Qualificação profissional dos responsáveis de gestão intermédia

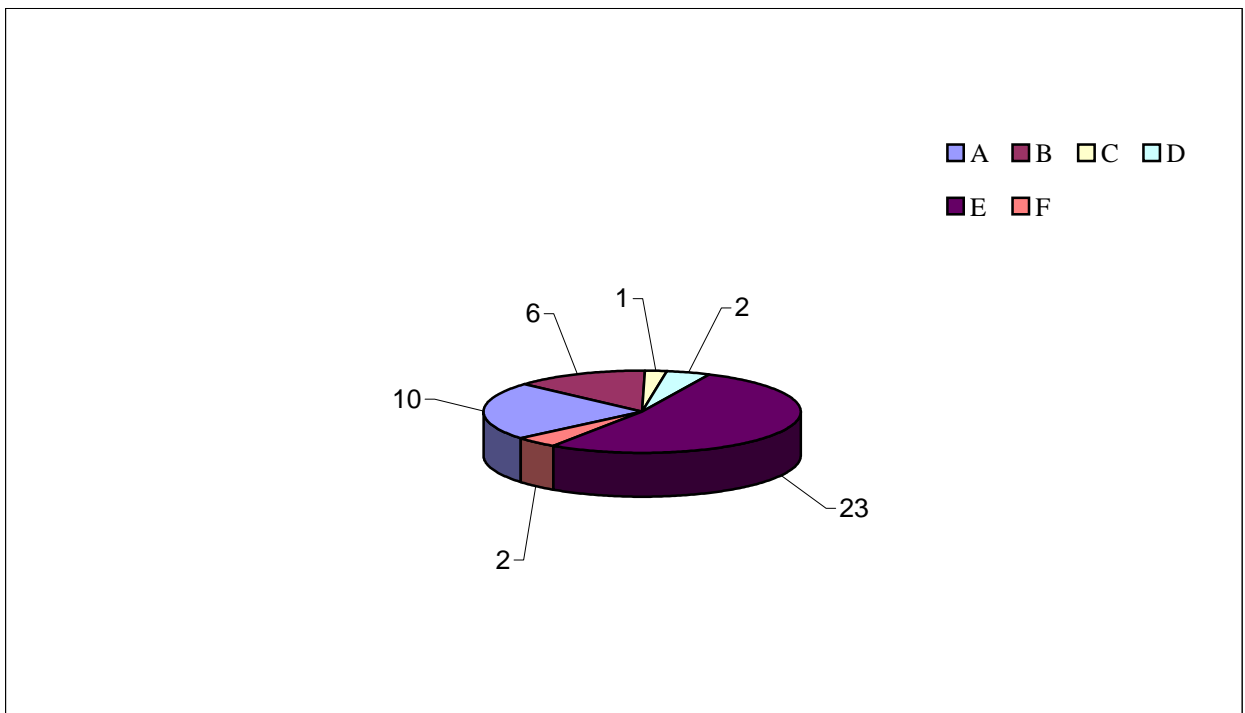


Gráfico 10 (A: Coordenador de Núcleo/Encarregado de estabelecimento; B: Coordenador de Departamento; C: Delegado de Disciplina; D: Coordenador de Directores de Turma; E: Director de Turma; F: Coordenadores da Formação/áreas não curriculares).

Relativamente à qualificação profissional dos responsáveis pela gestão intermédia, verifica-se que a totalidade dos docentes são profissionalizados, o que poderá constituir, deste modo, um importante factor de qualidade no cumprimento das funções dos diversos órgãos.

Caracterização do pessoal não docente

Pessoal não docente e categoria profissional

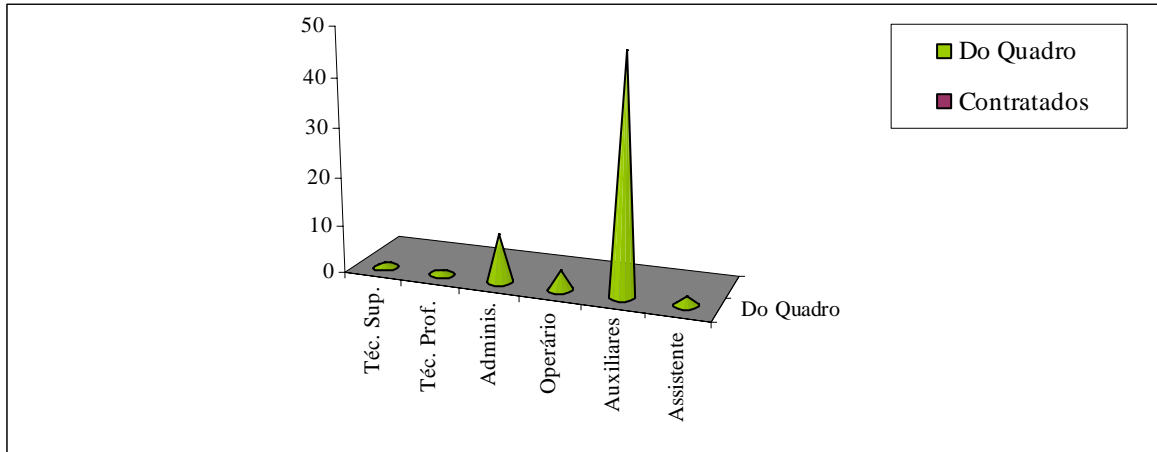


Gráfico 11

Da análise do gráfico, conclui-se que todo o pessoal não docente pertence ao quadro da escola, sendo a maioria deste pessoal constituída pelo pessoal auxiliar de acção educativa.

O **rácio** funcionários/alunos é de **1/14,1**.

Satisfação do pessoal docente, discente, não docente e encarregados de educação

Em complemento da informação relativa aos dados quantitativos referentes aos recursos humanos da escola, interessou também analisar dados de carácter qualitativo, nomeadamente dados relativos ao **grau de satisfação/insatisfação** sentida pelos intervenientes no processo educativo daquela unidade orgânica.

Entende-se este aspecto como essencial nesta análise, não só porque a *satisfação* constitui uma condição indispensável para a realização de um trabalho de qualidade na escola, mas também porque, resultando o grau satisfação/insatisfação de um conjunto de circunstâncias que afectam directa ou indirectamente o clima da escola, ele afectará também o trabalho individual dos diversos intervenientes no processo educativo.

Nível de satisfação dos docentes

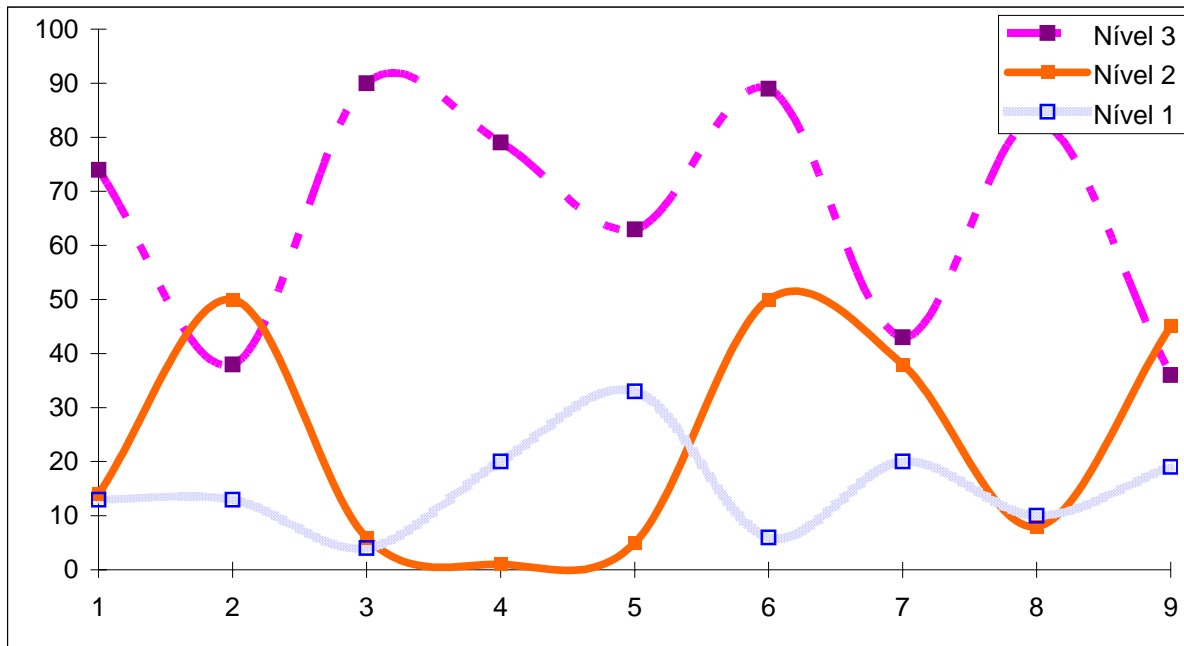


Gráfico 12 (Cfr. legenda nos anexos)

Para aferir o **nível de satisfação dos docentes**, foram distribuídos pela escola **105** inquéritos, aos quais responderam **80** professores. Verificou-se assim que, de um modo geral, os docentes inquiridos assinalaram maioritariamente com o **nível 3** as afirmações que lhes foram apresentadas, concluindo-se, assim, existir um elevado nível de satisfação do pessoal docente.

O nível mais baixo de satisfação dos professores relaciona-se com a questão número 2, referente ao acesso a recursos audiovisuais, informáticos ou outros, item a que **50%** dos inquiridos atribuiu nível 2.

Nível de satisfação dos alunos

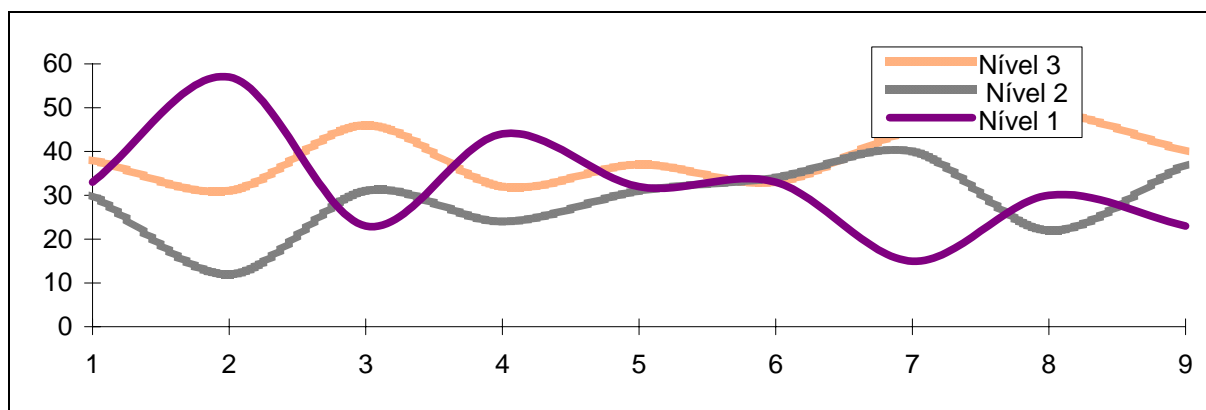


Gráfico 13 (Cfr. legenda nos anexos)

Para se aferir os **níveis de satisfação dos alunos**, foram distribuídos **366** inquéritos, aos quais responderam **317** alunos.

A observação do gráfico permite verificar alguma dispersão de respostas dos inquiridos pelos três níveis possíveis, embora a maioria dos alunos, face aos diferentes itens, atribua nível **3**, o que poderá significar globalmente que os alunos têm uma visão positiva da sua escola. Saliente-se, porém, o item n.º 2, que obteve a maior percentagem de níveis 1 atribuídos (**57%**), e o n.º 4, assinalado por **44%** dos inquiridos também com o nível 1, o que, por comparação com os restantes membros da comunidade educativa, poderá indicar que são os alunos quem revela, apesar de tudo, maior insatisfação relativamente à sua escola.

Nível de satisfação do pessoal não docente

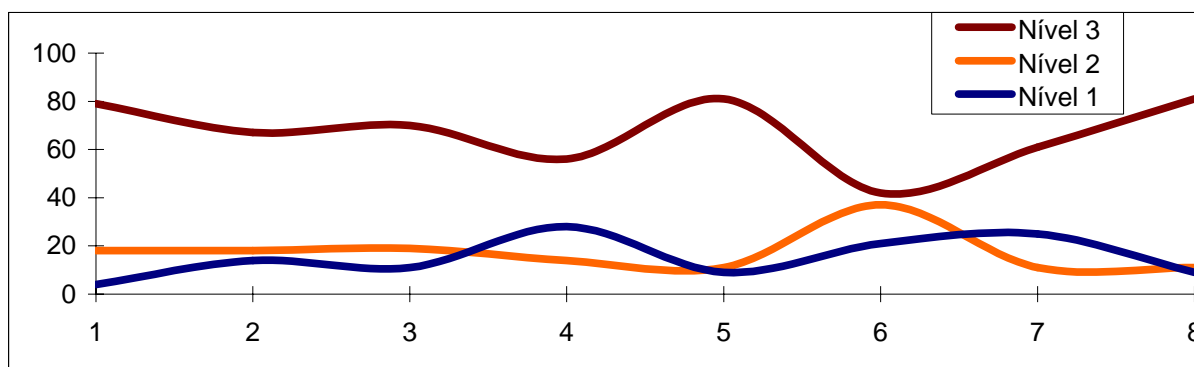


Gráfico 14 (Cfr. legenda nos anexos)

Para se aferir o nível de satisfação do **pessoal não docente**, foram distribuídos **60** inquéritos, tendo sido respondidos **57**. Os inquiridos assinalaram maioritariamente com nível **3** as afirmações que lhes foram apresentadas, o que é indicativo do seu grau de satisfação relativamente à escola. Assinale-se o facto de, relativamente ao item n.º 6, **37%** dos inquiridos ter atribuído nível **2**, o que permite concluir da existência de alguma insatisfação deste pessoal, relativamente ao respeito que os alunos demonstram pelo seu trabalho. Registe-se também o facto de **81%** dos inquiridos, que atribuiu nível **3** ao item 8, concordar que está a trabalhar no lugar certo.

Nível de satisfação dos encarregados de educação

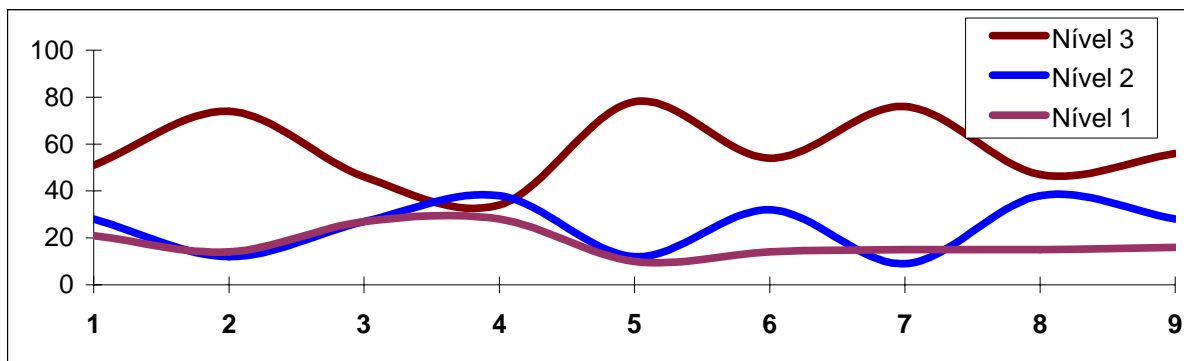


Gráfico 15 (Cfr. legenda nos anexos)

Para avaliar o **nível de satisfação dos Pais e Encarregados de Educação** foram distribuídos **171** inquéritos, tendo sido respondidos **131**.

Sobressai da leitura do gráfico o facto da percentagem mais elevada de níveis 3 assinalados se referir ao item número 5, considerando **78%** dos pais e encarregados de educação que os seus educandos *aprendem na escola*. Registe-se, ainda, o facto de **38%** dos inquiridos ter assinalado com nível 2 os itens 4 e 8, percentagem que demonstra alguma insatisfação dos pais e encarregados de educação, relativamente aos serviços de apoio da escola (cantina e bar), ao pessoal não docente e ao nível de segurança em que se encontram os seus educandos, situação esta compreensível atendendo às obras que decorriam naquela unidade orgânica educativa.

4 - RECURSOS FÍSICOS

Espaços

A escola ocupa 9 edifícios, localizados em 7 locais diferentes. Reportando-se aos seus diversos espaços de ensino, a escola caracterizou como bom o estado de conservação das salas de aula normais, considerando, no entanto, deficiente o seu apetrechamento e adequação; relativamente às salas específicas, o seu estado de conservação foi considerado razoável, considerando-se deficiente o seu apetrechamento e adequação.

À data da intervenção inspectiva, a escola, em grande medida como consequência das obras de remodelação no seu principal edifício, não tinha em funcionamento a biblioteca (que possui **6000** títulos), o gimnodesportivo e balneários, o bufete e a cantina, estando ainda condicionado o acesso dos alunos aos recreios. Por outro lado, não existiam salas de alunos, de professores, do pessoal não docente, da Associação de Alunos (embora esta ainda seja inexistente), da Associação de Pais/Encarregados de Educação, dos Directores de Turma e de atendimento aos Pais e Encarregados de Educação. A escola também não possui centro de recursos.

A Papelaria e a Reprografia, apesar de possuírem um bom grau/intensidade de utilização e de estarem razoavelmente apetrechadas, encontram-se a funcionar em espaços de deficiente adequação e conservação. Da mesma forma, o Gabinete de Psicologia e Orientação funciona num espaço de deficiente adequação e apetrechamento, embora em razoável estado de conservação.

Equipamentos

Equipamento tecnológico existente na escola

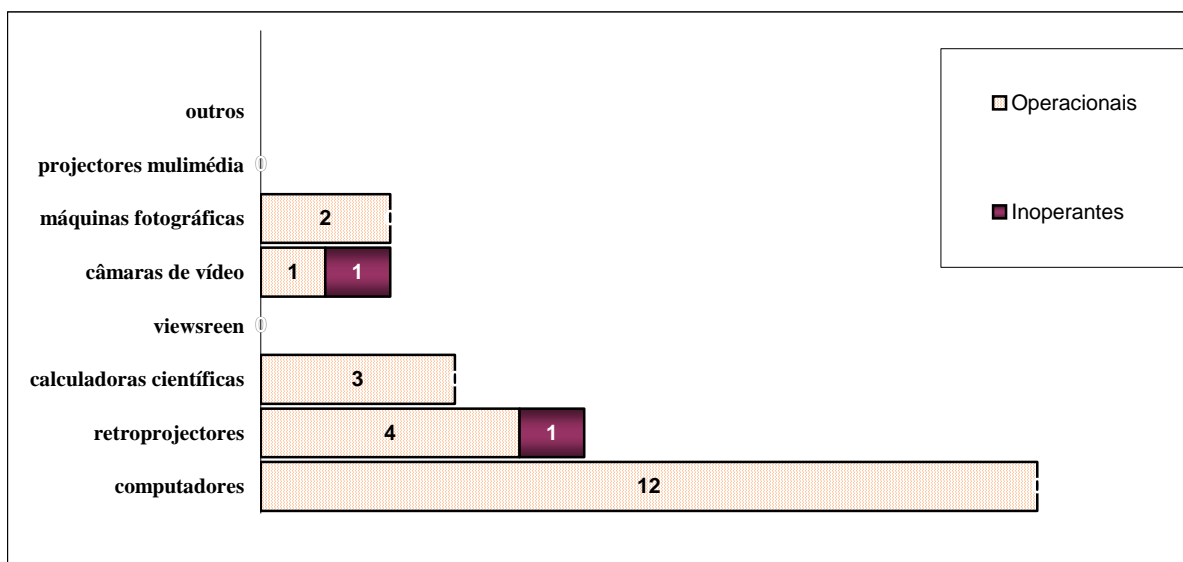


Gráfico 16 (Cfr. legenda nos anexos)

A escola dispõe de pouco equipamento tecnológico, verificando-se a existência em muito reduzido número de material moderno e adequado às exigências que o ensino actual impõe, nomeadamente ao nível informático, onde se regista a existência de apenas 12 computadores e sem ligação à Internet.

Qualidade e bem-estar das instalações

No âmbito da auditoria, era também importante saber até que ponto os alunos, os professores e o pessoal não docente se sentem bem no espaço escolar, devendo, para esse efeito, ter sido realizados inquéritos àqueles membros da comunidade educativa, por forma a avaliar o nível da qualidade e de bem-estar nas instalações da escola. Esta, no entanto, por sua opção, não efectuou aqueles inquéritos, conforme previa o **Caderno 1**. A explicação para esta opção deveu-se ao facto da escola estar a sofrer obras de remodelação e não fazer sentido, para a comunidade educativa, questionar uma situação que, em breve, não corresponderia à realidade.

5 - RECURSOS FINANCEIROS

Distribuição dos recursos financeiros da escola

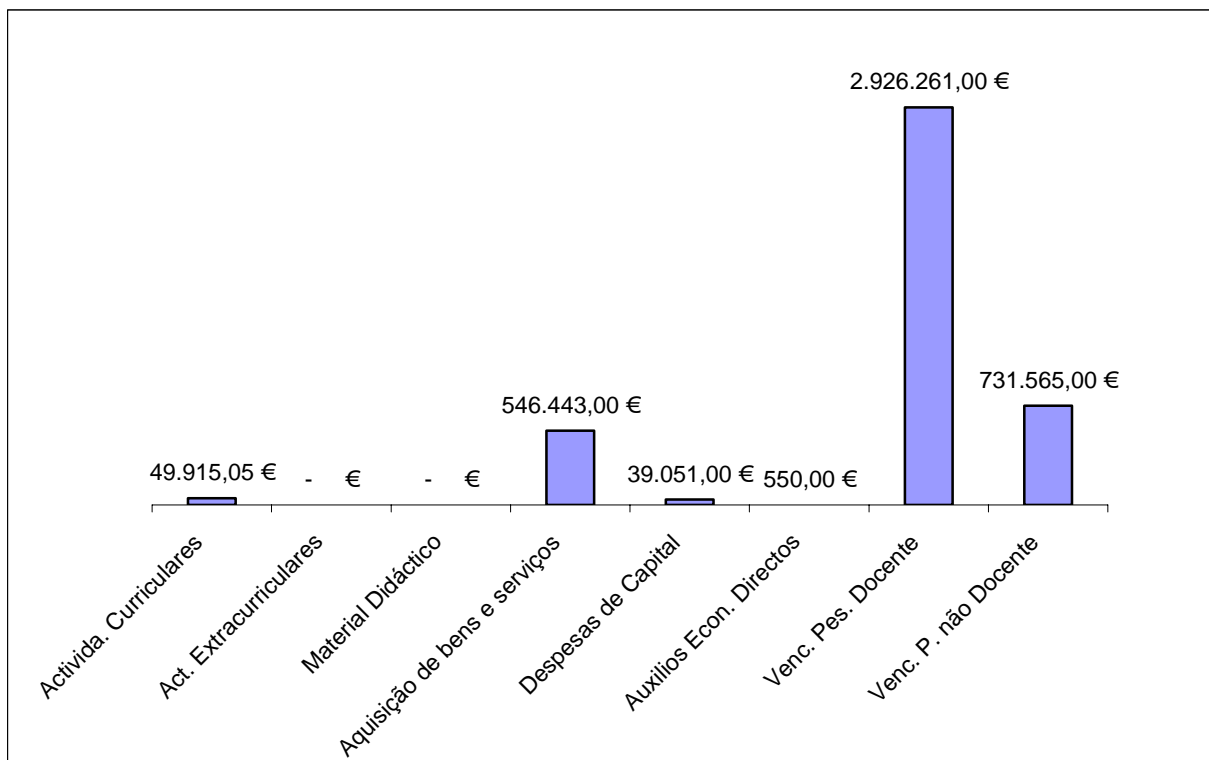


Gráfico 17

De acordo com os valores fornecidos pela escola, é visível no gráfico que a despesa maior da escola é feita com o pessoal docente, seguindo-se a despesa com o pessoal não docente. Saliente-se a inexistência de orçamento destinado à aquisição de materiais didácticos/equipamentos educativos, bem como para actividades extracurriculares.

6 - PROJECTO CURRICULAR

Ofertas curriculares

No âmbito das ofertas curriculares a escola oferece, ao nível do ensino básico, os Programa Cidadania, Oportunidade e ainda o PROFIJ.

Cumprimento de programas

Cumprimento dos programas de *Língua Portuguesa e Português A*

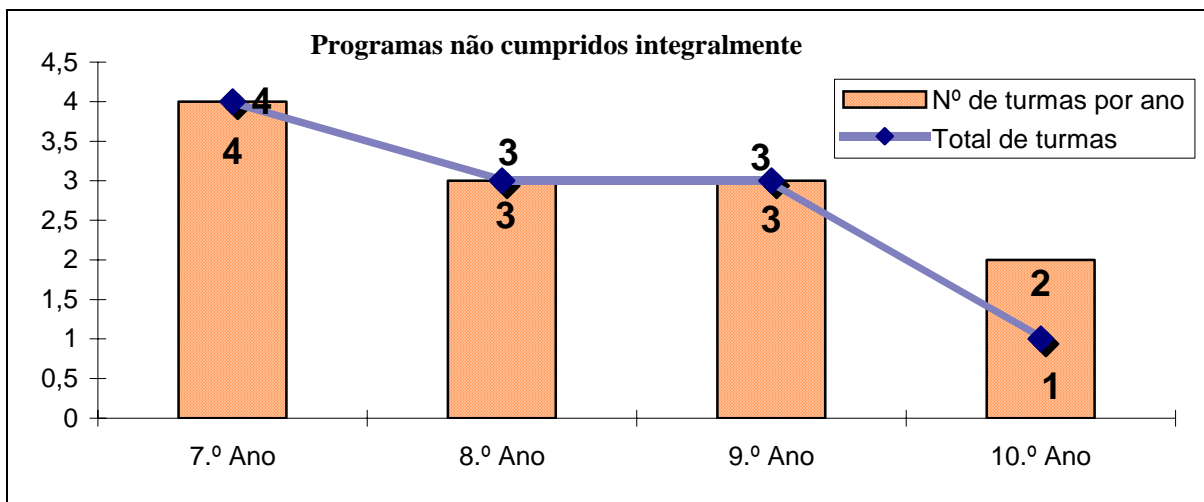


Gráfico 18

O gráfico permite concluir, considerando os dados fornecidos pela escola, que o programa da disciplina de Língua Portuguesa, ao nível do 3.º ciclo, não foi cumprido integralmente em todas as turmas e que, ao nível do ensino secundário, uma turma não cumpriu integralmente o programa da disciplina de Português A.

Tempo dedicado às aprendizagens

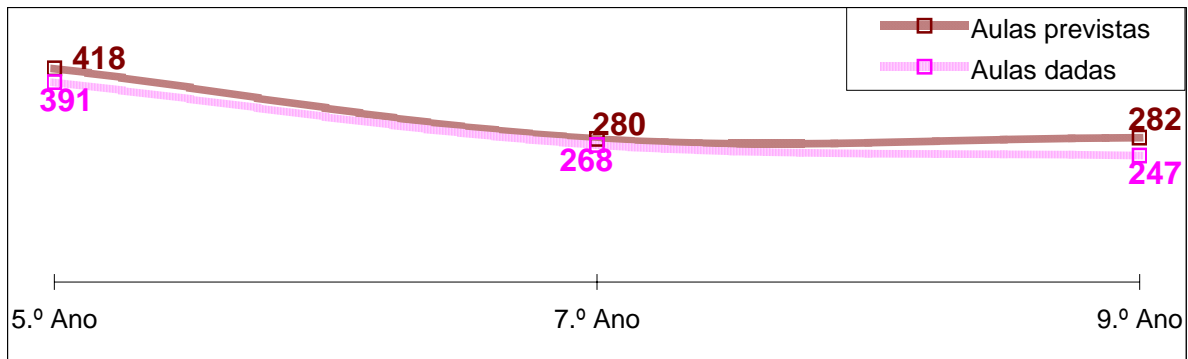


Gráfico 19

A observação do gráfico permite concluir, tomando como referência o ano lectivo de 2002/2003, que foi no 7.º ano de escolaridade que existiu menor diferença entre o número de aulas previstas e o número de aulas dadas. Não foram fornecidos dados relativamente aos restantes anos de escolaridade, pelo que não é possível proceder-se à avaliação deste parâmetro de observação.

Apoio educativo

Distribuição dos apoios educativos por anos e n.º de alunos recuperados

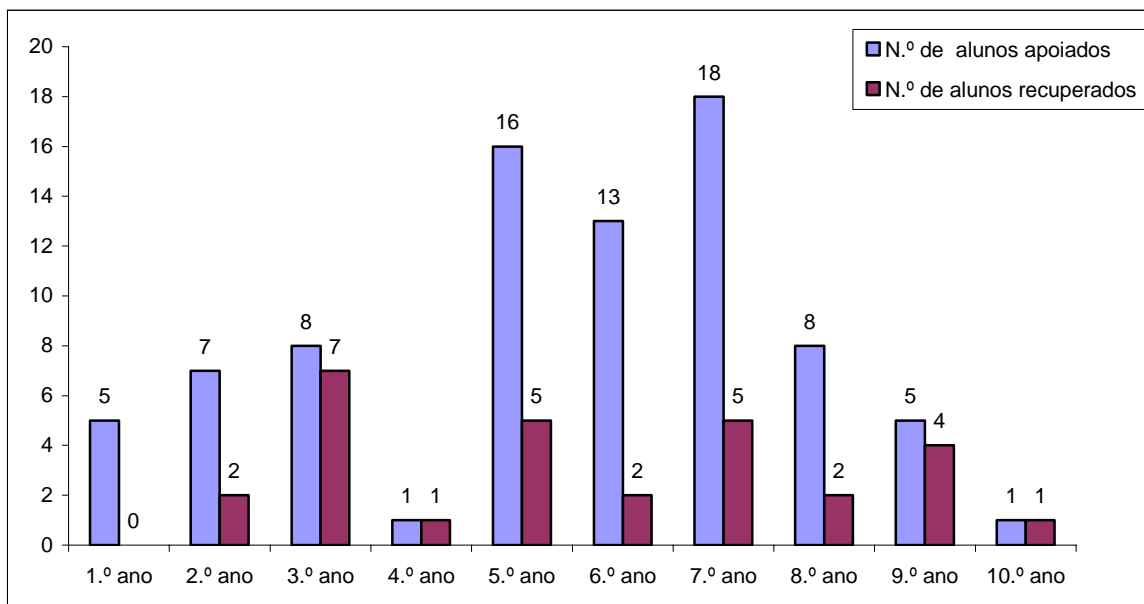


Gráfico 20

Observando o número de alunos apoiados e recuperados, através de apoio pedagógico, nos vários anos de escolaridade, verifica-se no gráfico que, por um lado, foi nos 5.º, 6.º e 7.º anos de escolaridade que houve maior número de alunos apoiados e que, por

outro, os 4.º e 10.º anos de escolaridade foram aqueles em que menos alunos beneficiaram de apoio educativo. Importa chamar a atenção para o sucesso do apoio educativo, que é relativamente **fraco** em todos os ciclos, não estando, portanto, a atingir os objectivos previstos, situação que deverá merecer a reflexão e análise por parte dos órgãos competentes da escola.

Formação de professores

Foram realizadas, entre os anos lectivos de 2002/2003 e 2003/2004, as seguintes acções de formação, exclusivamente orientadas para docentes: *Projectos Curriculares*, frequentada por 30 docentes dos 2.º e 3.º ciclos, tendo tido a duração de 25 horas; *Área de Projecto*, frequentada por 30 docentes de todos os ciclos, tendo tido a duração de 25 horas; *Educação para a Sexualidade*, frequentada por 30 docentes de todos os ciclos, tendo tido a duração de 30 horas.

Não existiu, de acordo com a informação fornecida pela escola, formação para o pessoal não docente.

7 - CONTEXTOS EDUCATIVOS

Participação da comunidade na vida da escola

Participação dos alunos em actividades opcionais

No ano lectivo em questão, **13 alunos** participaram em **actividades opcionais**: nenhum do pré-escolar e nenhum do 1.º ciclo, 7 do 2.º ciclo, 5 do 3.º ciclo e 1 do ensino secundário. Estes números correspondem a **1,7%** do total dos alunos matriculados.

Número de professores envolvidos em projectos do PAA

Participaram “cerca de 60 professores” no concurso “Eu vou descobrir”. Nas “actividades no âmbito de cada departamento estiveram envolvidos todos os professores”.

Pais e encarregados de educação participantes em actividades da escola

Participaram, em actividades do “Projecto dos Finalistas” da escola, **15** pais/encarregados de educação.

Incidentes críticos

Foram registados os seguintes incidentes críticos:

- 1 caso de alcoolismo;
- foram aplicadas 2 sanções disciplinares;
- 3 actos de violência praticados de fora para dentro da escola.

Participação da comunidade educativa nas decisões

O processo de decisão é um processo que se reveste de determinada complexidade, pois, enquanto acto de gestão, compreende três fases: a **apresentação de propostas**, a **discussão que lhe decorre** e, por fim, a **decisão** propriamente dita. Por considerarmos que esta envolve um nível de participação diferente dos vários intervenientes, como a tomada de posições, análises, reflexões, reformulações, debates entre outras, optamos por analisá-la. Assim, foram inquiridos docentes, alunos, pessoal não docente e pais.

Os gráficos seguintes proporcionam-nos uma visão da forma como os respondentes distribuíram as suas respostas.

Participação do pessoal docente na decisão

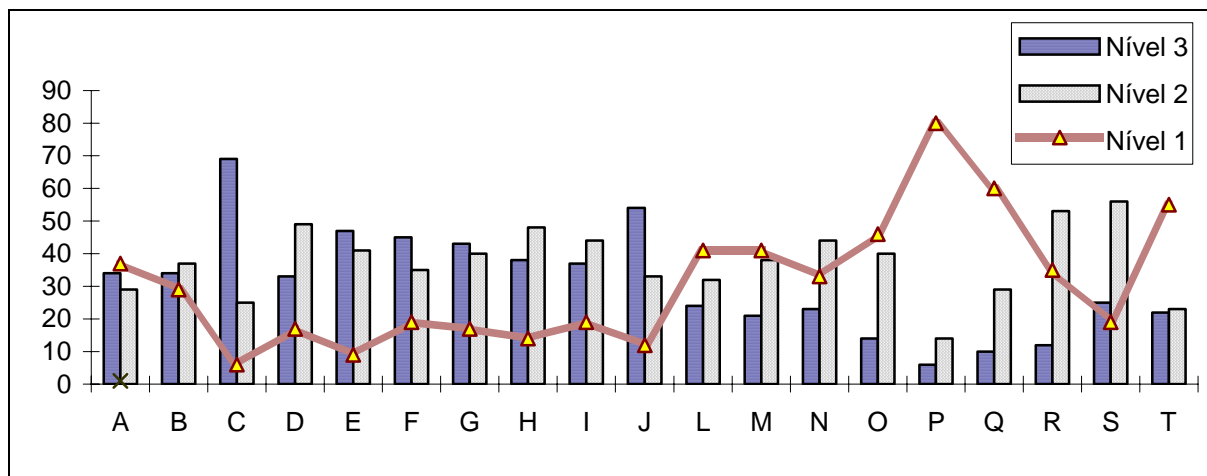


Gráfico 21 – resultados em percentagem (Cfr. legenda nos anexos)

80 docentes dos **105** da escola, **76,2%**, responderam ao inquérito. Verificamos que os níveis mais valorizados se situam entre o 3 e o 2, com excepção daquelas áreas que dizem respeito a decisões do Conselho Executivo e da Assembleia de Escola, letras L, M, O e P, Q, respectivamente. Dos inquiridos, não responderam às questões das letras D, F e Q, 1%; das letras E e L, 3%. 1% dos inquiridos deu duas respostas à questão representada pela letra J.

Participação dos alunos na decisão

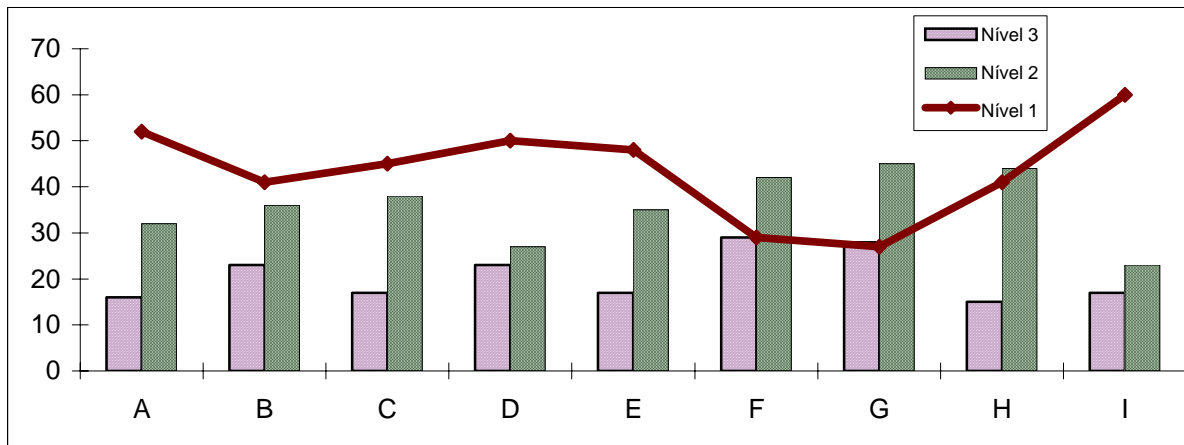


Gráfico 22 – resultados em percentagem (Cfr. legenda nos anexos)

Aos **366** inquéritos distribuídos, responderam **314** alunos, **46,7%** do total de **779** alunos dos 1.º, 2.º, 3.º ciclos e secundário. Todavia, só foram inquiridos os alunos do 4.º ano, na totalidade, e 50% dos alunos dos restantes ciclos. Verificamos uma predominância do nível 1 e depois do nível 2. Concluimos, assim, que esta população não é chamada a participar nos processos com vista às tomadas de decisão ou, se o é, fá-lo de forma muito reduzida.

Participação do pessoal não docente na decisão

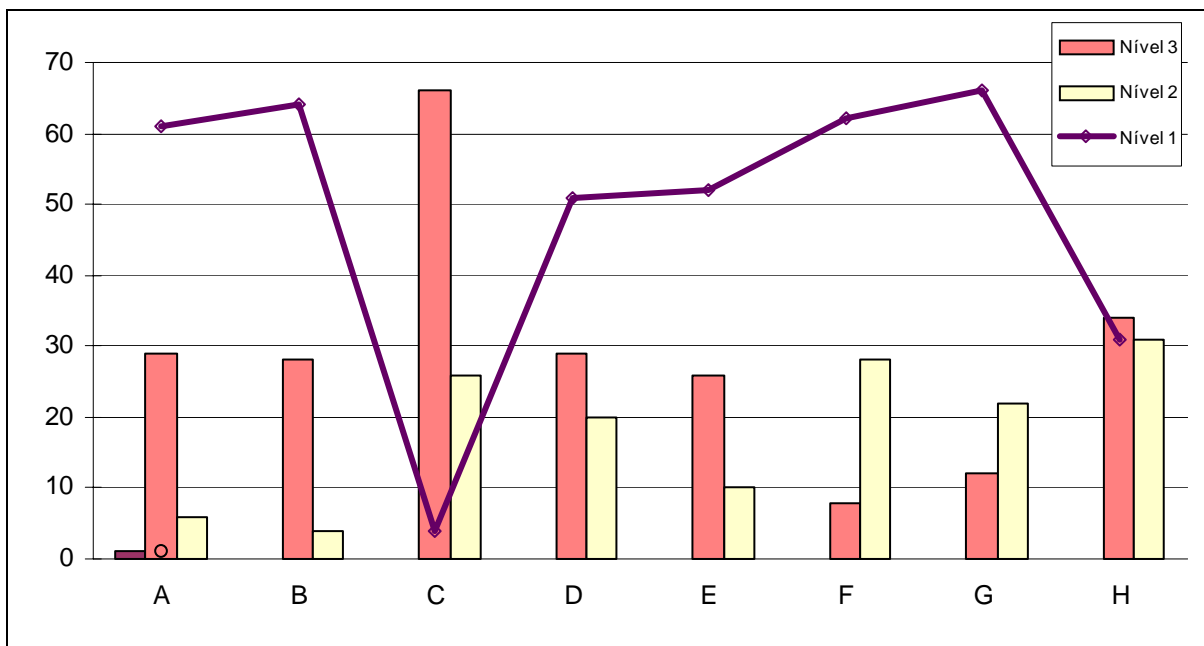


Gráfico 23 – resultados em percentagem (Cfr. legenda nos anexos)

51 funcionários responderam, embora tenham sido distribuídos 60 inquéritos. Aquele número corresponde a 77,2% dos 66 funcionários da escola. Nos itens A, B e H, 4% dos inquiridos não respondem, enquanto no item C, 2% não responde e ainda 2% assinalam duas respostas. No item F, também 2% assinalam duas respostas. De uma forma evidente, sobressai o nível 1 em seis itens, o que permite concluir que a participação desta população na decisão é muito reduzida.

Participação dos pais e encarregados de educação na decisão

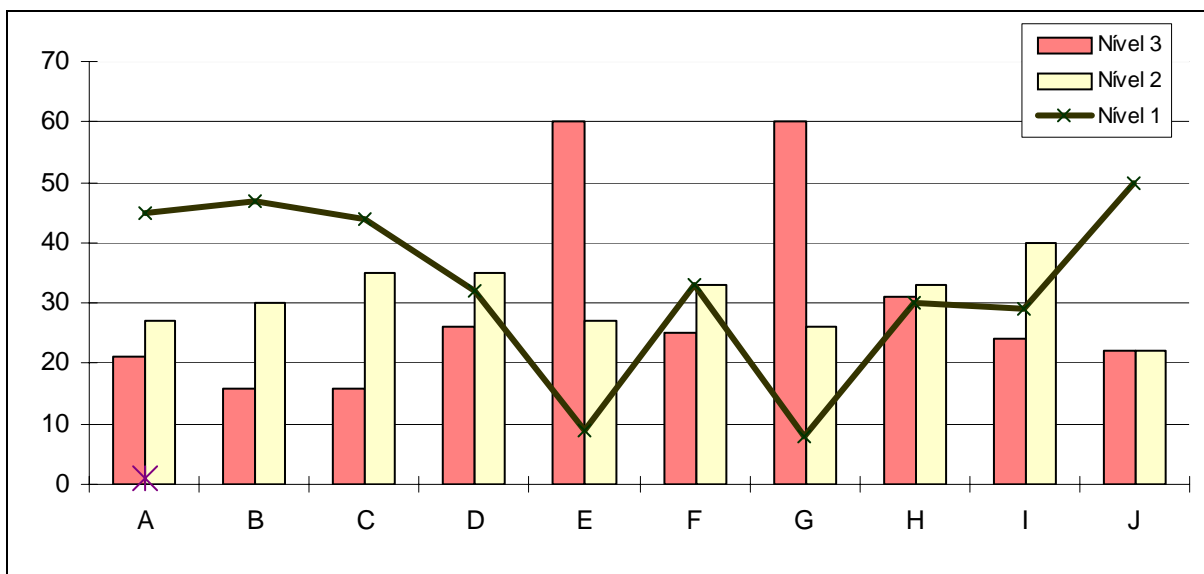


Gráfico 24 – resultados em percentagem (Cfr. legenda nos anexos)

Responderam 166 pais/encarregados de educação aos 171 inquéritos distribuídos. Dos inquiridos, não responderam aos itens F, 9%; A, B, D e I, 7%; G, H e J, 6% e E, 4%. A participação na tomada de decisão é evidente nas questões *disciplinares e de comportamento do seu educando* (E) e nas relativas ao *aproveitamento escolar do seu educando* (G). Nas outras decisões a participação é muito reduzida.

Trabalho cooperativo entre professores

A cooperação entre docentes foi analisada considerando-se duas dimensões: os *aspectos gerais* e os *aspectos pedagógicos*. Os aspectos gerais referem-se à carreira docente/profissional e os pedagógicos à prática lectiva. Tendo sido distribuídos inquéritos aos **105** professores da escola, responderam **82,78%** daquele universo.

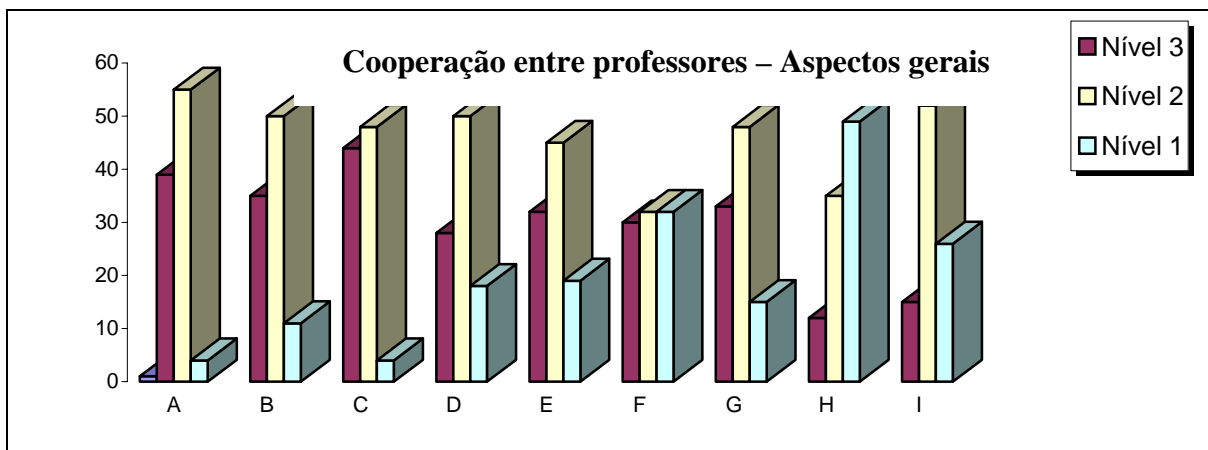


Gráfico 25 – resultados em percentagem (Cfr. legenda nos anexos)

Dos inquiridos, não responderam aos itens I 7%, F 6%, B, C, D, E, G e H 4%, e A 2%. Só em dois dos itens é que o nível 2 não sobressai, sendo que num destes é o nível 1 que se destaca. Assim, a cooperação entre os docentes é frequente.

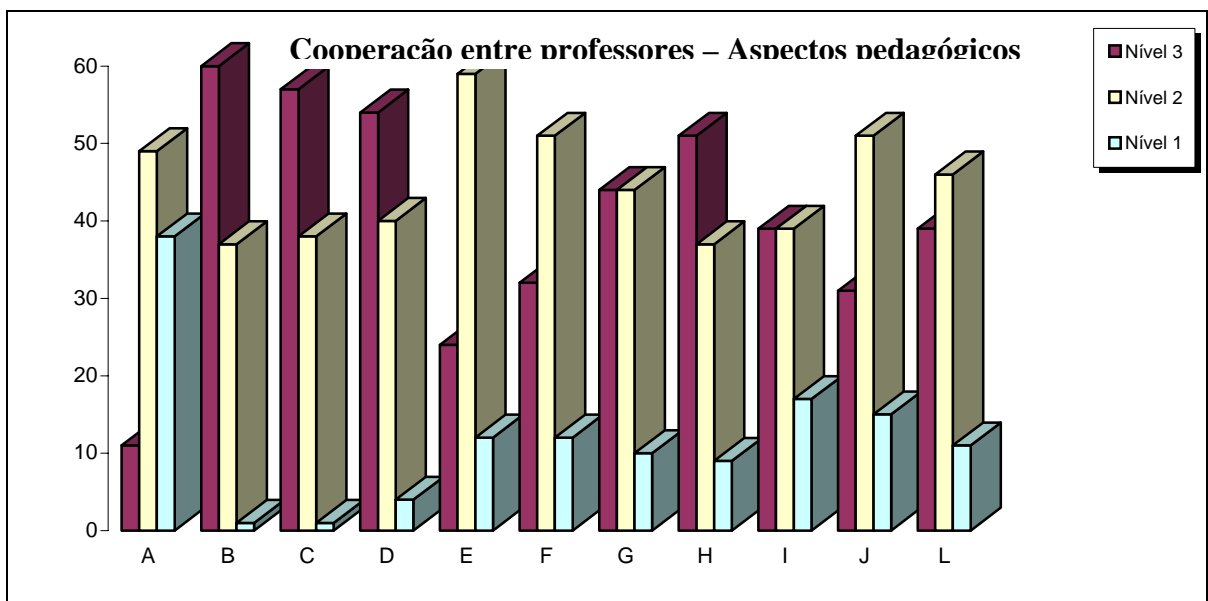


Gráfico 26 – resultados em percentagem (Cfr. legenda nos anexos)

Dos inquiridos, não responderam aos itens E, F e I 5%, C, J e L 4%, H 3%, A, B, D e G 2%. Aqui a cooperação entre os docentes é evidente.

Releva-se o facto de a cooperação entre os docentes ser mais significativa no que respeita à *discussão do aproveitamento dos alunos (B), discussão de questões disciplinares e de comportamentos dos alunos (C), discussão de estratégias a adoptar para alunos com problemas (D)*.

8-RESULTADOS DOS ALUNOS

Qualidade do sucesso/Taxa de abandono real

1.º ciclo

O aproveitamento dos alunos do **1.º ciclo**, nos últimos três anos, está presente no quadro seguinte:

Anos de escolaridade	Alunos transitados	Alunos retidos	Abandono real
2º ano	59	16	0
3º ano	77	14	0
4º ano	68	2	0
Totais	204	32	0

Quadro 4

2.º e 3.º ciclos

A **taxa de abandono escolar** apresenta-se no quadro seguinte:

Nível de ensino	N.º de matrículas	N.º de abandonos	Percentagem
2.º ciclo	165	3	1,8
3.º ciclo	208	34	16,3

Quadro 5

No gráfico que se segue está patente a relação entre os alunos transitados e, de entre estes, aqueles que transitaram com aprovação a todas as disciplinas. A percentagem do número de alunos transitados foi encontrada face ao universo dos alunos matriculados no início do ano, pelo que os abandonos também foram contabilizados.

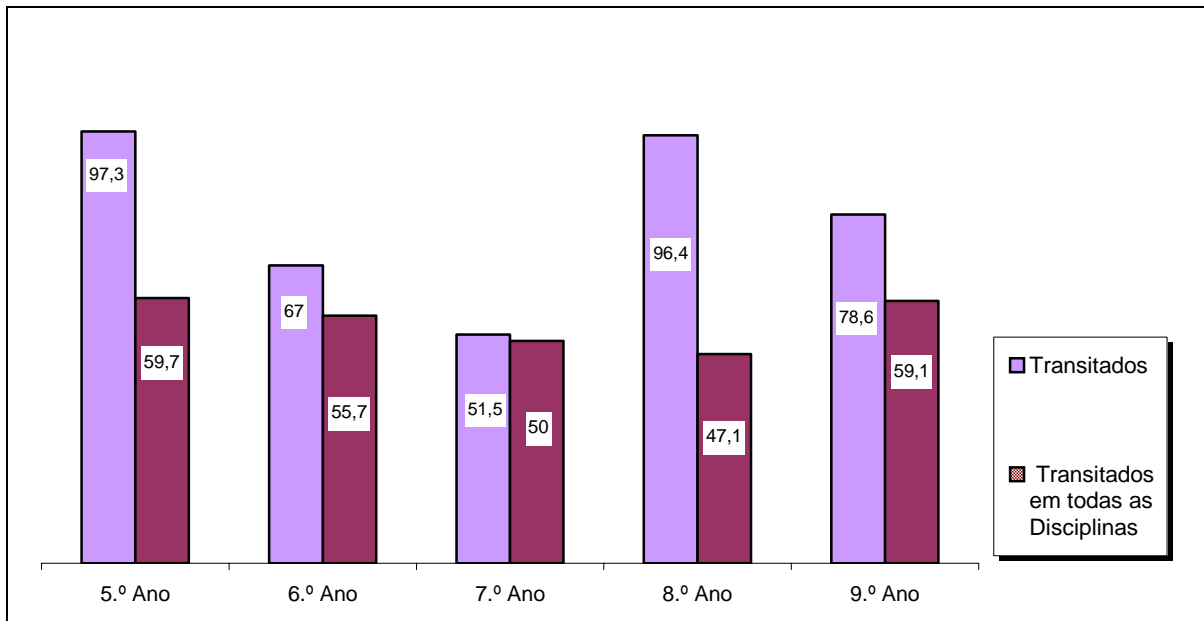


Gráfico 27

Assim,

Anos de escolaridade	Alunos matriculados	Alunos transitados a)	Alunos transitados a todas as disciplinas b)
5.º ano	74	72 (97,3%)	43 (59,7%)
6.º ano	91	61 (67%)	34 (55,7%)
7.º ano	97	50 (51,5%)	25 (50%)
8.º ano	55	53 (96,4%)	25 (47,1%)
9.º ano	56	44 (78,6%)	26 (59,1%)

Quadro 6

- a) Número e percentagem sobre o total dos alunos matriculados;
 b) Número e percentagem sobre o total dos alunos transitados.

O gráfico seguinte apresenta a percentagem dos alunos transitados sem aproveitamento a uma disciplina e transitados sem aproveitamento a duas disciplinas. A percentagem foi encontrada face ao universo dos alunos transitados.

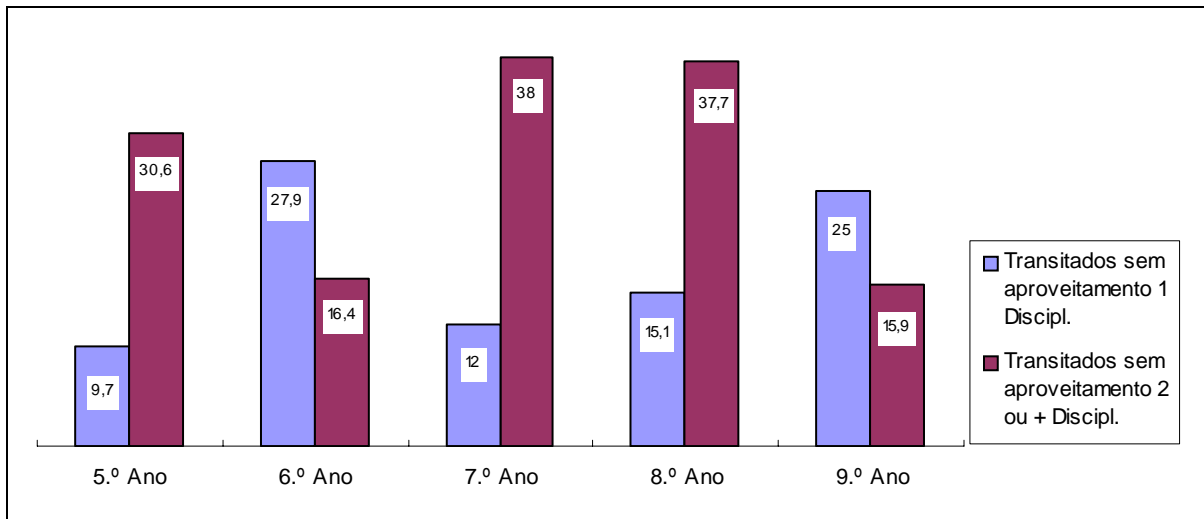


Gráfico 28

Assim,

Anos de escolaridade	Alunos transitados	Alunos transitados sem aproveitamento a uma disciplina	Alunos transitados sem aproveitamento a duas disciplinas
5.º ano	72	7 (9,7%)	22 (30,6%)
6.º ano	61	17 (27,9%)	10 (16,4%)
7.º ano	50	6 (12%)	19 (38%)
8.º ano	53	8 (15,1%)	20 (37,7%)
9.º ano	44	11 (25%)	7 (15,9%)

Quadro 7

No gráfico que se segue, mostra-se a percentagem dos alunos transitados, primeiro **sem aproveitamento a Língua Portuguesa**, segundo **sem aproveitamento a Matemática** e terceiro **sem aproveitamento a Língua Portuguesa e Matemática**.

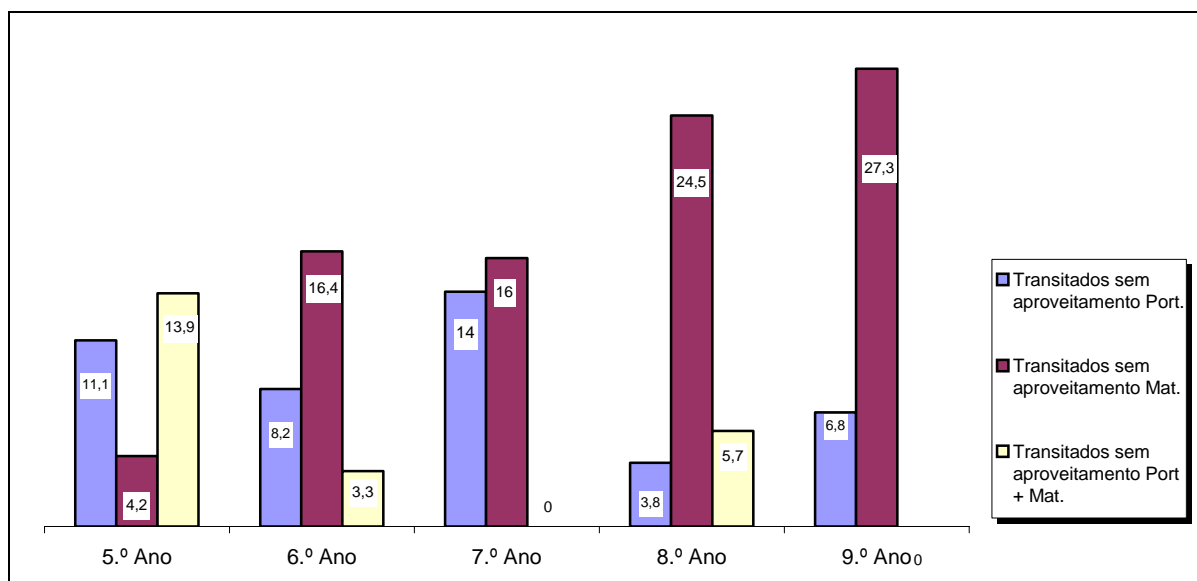


Gráfico 29

Assim,

Anos de escolaridade	Alunos transitados	Alunos transitados sem aproveitamento a Língua Portuguesa	Alunos transitados sem aproveitamento a Matemática	Alunos sem aproveitamento a Língua Portuguesa e Matemática
5.º ano	72	8 (11,1%)	3 (4,2%)	10 (13,9%)
6.º ano	61	5 (8,2%)	10 (16,4%)	2 (3,3%)
7.º ano	50	7 (14%)	8 (16%)	0
8.º ano	53	2 (3,8%)	13 (24,5%)	3 (5,7%)
9.º ano	44	3 (6,8%)	12 (27,3%)	0

Quadro 8

Ensino secundário

1. Do total de **107** alunos do ensino secundário, **19** abandonaram a escola, o que corresponde a **17,8%**. Todavia, cinco deles, que a abandonaram no decorrer do ano lectivo, foram transferidos para o ensino profissional.

2. No quadro que se segue está patente a relação entre os alunos que **progrediram a todas as disciplinas**, aqueles que **não progrediram a uma disciplina** e os que **não progrediram a duas disciplinas**.

Anos de escolaridade	Alunos matriculados	Progressão a todas as disciplinas	Não progressão a uma disciplina	Não progressão a duas disciplinas
10.º ano	49	21 (42,9%)	6 (12,2%)	2 (4,1%)
11.º ano	32	19 (59,4%)	3 (9,4%)	1 (3,1%)
12.º ano	26			

Quadro 9

Percurso escolar de uma geração de alunos

No âmbito do sucesso escolar, interessou-nos particularmente ver o percurso de uma geração de alunos, ou seja, aqueles que durante nove anos fizeram a sua escolaridade, tendo como ano lectivo de referência o de **1995/96**, com **72** alunos matriculados no 2.º ano.

	2.º A.	3.º A.	4.º A.	5.º A.	6.º A	7.º A	8.º A.	9.º A.	Sec.	Transf.	Saída
1995/96	72										1 fal.
1996/97	8	63									
1997/98		7	56							1	
1998/99			9	46						1	
1999/2000				6	39						
2000/01					1	38				1	
2001/02						5	32			1	
2002/03							3	28		1	
2003/04								7	20		

Quadro 10

Assim, verifica-se que dos **72** alunos matriculados no **2.º ano** em **1995/1996** somente **20** ingressaram no ensino secundário em **2003/04**. A diferença entre o número de alunos que entram na escola para o 2.º ano e aqueles que saem no 9.º ano é extremamente significativa.

CAPÍTULO III

1. O DESEMPENHO DA ESCOLA

INSTRUMENTOS DE AUTONOMIA DA ESCOLA

PROJECTO EDUCATIVO DE ESCOLA

O Projecto Educativo de Escola (PEE) apresenta um tema aglutinador: *Comunicação*. Faz o diagnóstico da escola: caracteriza a escola e o meio e identifica os vários problemas da comunidade educativa. Contempla como uma das prioridades a procura duma identidade própria, valorizando o domínio da linguagem praticada na comunidade educativa e a comunicação exercida entre os diversos órgãos da escola.

O Projecto Educativo de Escola não se afirma como documento de gestão estratégica da qualidade educativa, nem operacionaliza a metodologia e as estratégias para a sua concretização. A sua elaboração não resultou da mobilização de toda a escola, envolvendo apenas a participação de alguns sectores da comunidade educativa.

PLANO ANUAL DE ACTIVIDADES

O Plano Anual de Actividades (PAA) apresenta os objectivos que estão na base da sua elaboração.

Programa as actividades a desenvolver na organização do ano escolar, prevendo as reuniões dos diversos órgãos.

Evidencia a preocupação de aproximar a escola à comunidade.

Prevê a organização de actividades curriculares, extra-curriculares e de formação.

É feita, em algumas actividades, a previsão dos gastos.

Aparece como um somatório de actividades elencadas pelos diversos núcleos e departamentos escolares, sem articulação.

Não prevê a sua avaliação.

REGULAMENTO INTERNO

Apresenta, no preâmbulo, os princípios do PEE que estiveram subjacentes à sua elaboração.

Combina, de forma articulada, a dimensão dos direitos e dos deveres dos elementos da comunidade educativa com as competências/atribuições dos diversos órgãos da escola e do funcionamento dos seus sectores.

As regras de funcionamento definidas articulam-se com os normativos legais.

Apresenta os regimentos dos diversos órgãos.

Enuncia o modo de funcionamento de alguns serviços da escola.

Não se verifica a forma de participação dos pais/encarregados de educação, dos alunos e pessoal não docente na sua elaboração.

Não apresenta princípios e critérios de avaliação.

Não especifica a forma de participação dos pais/encarregados de educação no processo de avaliação.

As propostas de alteração apresentadas pela Assembleia de Escola não foram tidas em conta durante o processo de revisão.

PROJECTO CURRICULAR DE ESCOLA

O Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, estabelece que as estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-lo ao contexto de cada escola, deverão ser objecto de um Projecto Curricular de Escola, PCE, concebido, aprovado e avaliado pelos respectivos órgãos de administração e gestão.

A escola não elaborou o seu Projecto Curricular.

FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

ASSEMBLEIA DE ESCOLA

A Assembleia de Escola é o órgão verdadeiramente representativo da Escola. Cabe-lhe, uma vez que na sua composição entram diversos sectores sociais, a missão de reflectir sobre o papel da escola e intensificar a sua implantação na comunidade educativa.

Apesar da recente aprovação do Projecto Educativo, a Assembleia de Escola tem vindo a evidenciar interesse na divulgação deste documento, bem como do Regulamento Interno, junto da comunidade educativa.

Relativamente ao Plano Anual de Actividades, não foram observadas formas de acompanhamento da sua execução.

CONSELHO EXECUTIVO

O Conselho Executivo realiza periodicamente estatísticas sobre avaliação, as quais são analisadas em Conselho Pedagógico.

Mobiliza e operacionaliza os recursos da escola no cumprimento das funções que estão estabelecidas na lei.

Não foi observada a elaboração de relatórios periódicos de execução do PAA.

Não foram observadas formas de articulação do Conselho Executivo com as estruturas de gestão intermédia.

CONSELHO PEDAGÓGICO

O Conselho Pedagógico cumpre a sua missão de dinamização das actividades de complemento curricular, concretizada no acompanhamento da execução de projectos em curso na escola.

A mobilidade dos docentes, a que a escola é alheia, é um factor impeditivo da implementação e acompanhamento de medidas pedagógicas com carácter de continuidade.

As comissões do conselho pedagógico não funcionam de uma forma eficaz.

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS ALUNOS

Existem diferentes meios e instrumentos de avaliação em Língua Portuguesa.

Foi elaborado pelo Departamento, que inclui as disciplinas de Língua Portuguesa e Português A e B, um *Programa de Apoio de Língua Portuguesa*, destinado a alunos com dificuldades detectadas.

Os órgãos de gestão pedagógica da escola elaboraram um documento – a participação da língua materna em Estudo Acompanhado e Área de Projecto – que possibilita a valorização transversal da Língua Portuguesa.

ORGANIZAÇÃO DO APOIO EDUCATIVO

O apoio educativo é operacionalizado em programas dirigidos à língua portuguesa, com reforço de aulas para alunos com maiores dificuldades.

Foram observados documentos, referentes aos alunos, com terminologia desajustada (PIA, PPIE) relativamente à legislação e em dissonância com as fichas de avaliação periódica.

Alguns dos programas individuais não indicam as tarefas adaptadas ao diagnóstico observado.

ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Os processos dos alunos do Núcleo de Educação Especial estão organizados de acordo com a legislação actual.

Os alunos com necessidades educativas detectadas são encaminhados para programas especiais como o Cidadania e Oportunidade.

Foram observados processos de alunos com NEE preenchidos de forma incompleta.

ESTRUTURAS DE ORIENTAÇÃO EDUCATIVA

Conselho de núcleo:

Quer na educação pré-escolar, quer no 1.º ciclo, existem estratégias/propostas para desenvolver as competências no domínio da língua portuguesa.

Há consonância entre as actividades realizadas e as propostas nos Projectos Curriculares de Turma (PCT).

Verificam-se estratégias de intervenção no apoio à criança, bem como a definição do público-alvo.

No 1.º ciclo, foi observada a articulação curricular dos conteúdos.

Há articulação vertical entre o ensino pré-escolar e o 1.º ciclo.

Não foram observados instrumentos de registo de avaliação para as crianças do ensino pré-escolar.

Foram observadas fichas de avaliação trimestral de alunos do 1.º ciclo sem especificação das competências adquiridas.

Não foram observadas medidas de remediação para as dificuldades detectadas.

As competências transversais não estão operacionalizadas.

Coordenação dos directores de turma:

Verifica-se a uniformização de procedimentos nas avaliações de final de período.

Os directores de turma tomam conhecimento das informações do conselho pedagógico.

Não é visível a preocupação em se assegurar uma actuação uniforme dos directores de turma em todas as áreas.

Não se afirma a adequação do processo de aquisição de competências à especificidade de cada turma.

Directores de turma/Conselhos de turma:

Os PCT seleccionam competências essenciais e prevêm a operacionalização transversal entre algumas disciplinas e as áreas curriculares não disciplinares.

Através de relatórios periódicos, os PCT observados apresentam a sua avaliação ao nível da execução, dos resultados e dos reajustamentos.

Os processos individuais, com inclusão do Plano Individual (PI) dos alunos do Programa Cidadania, estão bem organizados.

Foram observados PCT idênticos aplicados a diversas turmas para as quais foi feita uma caracterização específica.

Não há diagnóstico que permita avaliar a turma em geral e os alunos em particular.

Não se verifica a reformulação dos PCT que eles próprios prevêm.

Foram observadas fichas de informação trimestral sem especificação das competências adquiridas.

A articulação prevista entre algumas disciplinas e as áreas curriculares não disciplinares, no 3.º ciclo, na prática, não se verifica.

2. RECOMENDAÇÕES

Instrumentos de autonomia da Escola:

- O PEE deve ser reformulado, de forma a afirmar-se como um documento de gestão estratégica da qualidade educativa.
- O PEE deve ser elaborado tendo em conta a articulação com os demais documentos orientadores da acção educativa.
- A escola deve elaborar e aprovar um Projecto Educativo que defina, em função do currículo nacional, o nível de prioridades da escola, as competências essenciais e transversais em torno das quais se organizará o Projecto Curricular de Turma e os conteúdos que serão tratados em cada área.
- O PEE deve operacionalizar a metodologia e as estratégias para a sua concretização.
- O PAA deve promover, através das actividades propostas, uma maior articulação horizontal (entre departamentos e núcleos) e vertical (com os diferentes ciclos), numa perspectiva de afirmação da escola como Escola Básica Integrada.
- As actividades do PAA devem ser periodicamente acompanhadas e avaliadas em relatórios de execução.
- O RI deve prever:

1. A forma de participação dos pais no processo de avaliação dos alunos, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º da Portaria n.º 62/2001, de 25 de Outubro;
 2. A intervenção dos alunos, pessoal não docente e pais/encarregados de educação na sua revisão.
- Deverá ainda definir as formas de participação dos pais/encarregados de educação na avaliação dos seus educandos.
 - A Assembleia de Escola deve regularizar e actualizar o seu livro de actas.

O processo de avaliação dos alunos:

- A escola deve reflectir sobre a implementação de medidas de promoção de uma maior articulação entre os diferentes ciclos.
- Devem ser estudadas e operacionalizadas formas de articulação curricular no Departamento de Língua Portuguesa e Latim.
- Deve ser incentivada a prática da verificação e acompanhamento dos cadernos diários dos alunos.
- A biblioteca, a abrir logo que as condições físicas da escola o permitam, deve ser um contributo na promoção do gosto e hábitos de leitura nos alunos.
- A escola deve valorizar as tecnologias de informação e comunicação, cada vez mais importantes no processo de aquisição de competências dos alunos.
- Deve haver um maior acompanhamento da execução e avaliação das medidas aprovadas pelo Departamento de Língua Portuguesa e Latim.
- Este acompanhamento deve estender-se aos restantes departamentos da escola.
- A escola deve reflectir sobre os resultados dos apoios educativos em Língua Portuguesa.

O Apoio educativo:

- A escola deve reflectir sobre as diversas vertentes possíveis na aplicação da Portaria n.º 31/2001, de 15 de Junho.
- Os resultados dos apoios educativos do ano lectivo anterior deverão conduzir a estratégias de melhoramento.
- Deve haver rigor na terminologia utilizada nos documentos escritos, quer relativamente à especificação dos planos de intervenção, quer à própria citação do

Decreto - Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto, que regula o conjunto de medidas a adoptar para os alunos com NEE.

Funcionamento dos órgãos de gestão:

- **A Assembleia de Escola** deve:
 1. Actualizar o seu livro de actas;
 2. Constituir comissões, contribuindo para um melhor funcionamento do órgão, facilitando, assim também, o acompanhamento da execução do Plano Anual de Actividades;
 3. Valorizar a presença dos representantes da comunidade educativa, no sentido de promover um melhor relacionamento entre ela e a escola;
- A escola, através de deliberações do seu Conselho Pedagógico, deve implementar, de uma forma organizada, a uniformização de critérios, instrumentos e procedimentos de avaliação.
- O Conselho Pedagógico é o órgão que, por definição, deve implementar e verificar o cumprimento das medidas de articulação curricular, vertical e horizontal.
- A transversalidade da língua portuguesa deve ser assumida pelos diversos departamentos, para além dos de Língua Portuguesa e Latim, ou o de Ciências Sociais e Humanas.
- O Conselho Pedagógico deve controlar o cumprimento das suas deliberações, verificando a qualidade da sua execução.
- O Conselho Executivo deve executar as deliberações do Conselho Pedagógico na preparação do ano lectivo.
- As estatísticas sobre avaliação devem ser objecto de reflexão pelos diversos órgãos da escola, por forma a conduzir a alterações metodológicas e de procedimentos.
- Na preparação do ano lectivo e, no que diz respeito aos critérios de constituição de turmas, deve cumprir-se o estabelecido no artigo 27.º da Portaria n.º 73/2004, de 2 de Setembro.
- A escola deve reflectir sobre a importância dos Conselhos de Turma e sobre a necessidade de articulação das actividades entre todos os professores da turma.

Estruturas de orientação educativa:

- Os educadores e professores devem:
 1. Trabalhar efectivamente em grupo, por forma a exercerem as competências que estão consignadas na lei;
 2. Promover e dinamizar projectos, envolvendo vários grupos/turmas que, em consonância com o Projecto Educativo de Escola, relevem a língua portuguesa.
- Deve ser executada a realização da articulação transversal dos conteúdos leccionados.
- Devem ser operacionalizadas as áreas curriculares não disciplinares no 1.º ciclo de ensino.
- Os PCT deverão prever a individualização da aprendizagem, bem como o seu reajustamento.
- Devem ser implementadas, em articulação com as restantes estruturas da escola, estratégias de diferenciação pedagógica.
- O coordenador dos directores de turma deve acompanhar e apoiar as actividades do director de turma.
- Os aspectos relevantes das actividades do aluno, presentes no dossiê individual, devem acompanhá-lo ao longo da sua escolaridade.
- Os docentes naturais do concelho deverão valorizar pedagogicamente, ao nível dos colegas e dos alunos, as tradições locais.
- As actividades constantes do Plano Anual de Actividades, sobretudo no que em comunicação em língua portuguesa respeita, devem ser planificadas e enquadradas com o PEE.
- Os PCT deverão afirmar-se como documento basilar de toda a programação, execução e avaliação do processo de aquisição de competências.

Angra do Heroísmo, Novembro de 2004

Os Inspectores

Maria Amélia Correia de Campos (coordenadora)

Maria Dulce Mosca

Nuno António Gomes

Paulo Jorge Pereira

ANEXOS

Legendas/gráficos

Nível profissional das famílias

A	Agricultores e pescas independentes
B	Empresário da indústria ou comércio.
C	Quadro técnico
D	Empregado do comércio e serviços
E	Trabalhador de construção civil
F	Trabalhador agrícola ou da pesca
G	Serviços pessoais/domésticos
H	Professor
I	Militar
J	Doméstica
L	Serviços Temporários
M	Desempregados
N	Reformados
O	Outros

1. NÍVEL DE SATISFAÇÃO

- 3 – sempre;
- 2 – bastantes vezes;
- 1 – nunca.

Professores

1	Sinto-me integrado numa equipa
2	Quando preciso usar recursos audiovisuais, informáticos ou outros é fácil resolver a situação
3	A minha relação com os Serviços de Administração Escolar é amistosa e cordial
4	Sinto que os meus colegas confiam no meu trabalho
5	Os meus colegas reconhecem o meu desempenho profissional
6	A direcção da escola é muito importante
7	As regras de funcionamento são claras e justas
8	O sucesso dos alunos é a nossa preocupação e os resultados estão à vista
9	Mesmo que pudesse, não mudava de escola

Alunos

1	A escola ajudou-me a escolher a área de estudos
2	Os meus professores expõem a matéria com clareza e tiram as minhas dúvidas
3	Os serviços de apoio e administrativos da escola funcionam de acordo com as minhas necessidades
4	Os funcionários da escola manifestam disposição para me ajudar quando preciso
5	Os alunos, de um modo geral, colaboram para melhorar o tempo passado na escola
6	Os alunos são informados com antecedência sobre tudo o que lhes interessa e diz respeito à vida da escola
7	A minha escola é divertida
8	A escola é exigente
9	Mesmo que pudesse não mudava de escola

Pessoal não docente

1	Os colegas de trabalho ajudam-se uns aos outros
2	Quando desempenho uma tarefa, sinto-me protegido pelo meu superior hierárquico
3	A organização do trabalho depende também das minhas sugestões
4	Os professores e os alunos da escola respeitam o meu trabalho
5	Quando não concordo, não tenho problema em fazer sugestões
6	Os alunos da escola respeitam o meu trabalho
7	Gostava de fazer outras coisas na escola
8	Acho que estou a trabalhar no lugar certo

Pais e encarregados de educação

1	A escola do meu educando inspira-me confiança
2	É fácil contactar com o DT ou o CE da escola do meu educando
3	Os professores são exigentes
4	Os serviços de apoio (cantina, bar) e o pessoal não docente satisfazem as necessidades do meu educando
5	De facto, o meu educando aprende nesta escola
6	A escola envia-me toda a informação sobre as suas actividades
7	As reuniões da escola são úteis
8	O meu educando está em segurança
9	Mesmo que pudesse, não mudaria o meu educando para outra escola

2. EQUIPAMENTO TECNOLÓGICO

1	Computadores
2	Retroprojector
3	Calculadoras Científicas
4	Viewscreen
5	Câmara de vídeo
6	Máquina fotográfica
7	Projector multimédia
8	Projector de slides
9	Rádio c/ leitor de CD
10	Rádio c/ leitor de cassete
11	Televisor
12	Vídeo
13	Impressora
14	Fotocopiadora
15	Scanner
16	Computador de venda de senhas

3. NÍVEL DE QUALIDADE E BEM-ESTAR

- 3 – sempre;
- 2 – bastantes vezes;
- 1 – nunca.

Docentes/Alunos/Não docentes

1	A escola vista de fora tem um aspecto cuidado
2	Os espaços em volta do edifício são bonitos, bem tratados
3	Quando se entra na escola “cheira” a limpeza
4	Há muita gente, mas a escola é sossegada
5	As salas de aula são acolhedoras e com graça
6	As salas são claras e bem iluminadas
7	Mesas e cadeiras são confortáveis
8	Todo o equipamento está bem conservado
9	Material que se estraga, material que se arranja
10	A nossa sala de convívio é um lugar confortável
11	Os recreios são amplos e agradáveis
12	A escola é nossa e serve os outros também

4. PARTICIPAÇÃO NA TOMADA DE DECISÃO

- 3 – sempre;
- 2 – bastantes vezes;
- 1 – nunca.

Docentes

A	Distribuição do serviço docente
B	Seleção e definição dos objectivos de orientação curricular da escola
C	Avaliação das aprendizagens: processos, instrumentos e resultados dos alunos
D	Gestão dos programas curriculares
E	Metodologias de ensino
F	Seleção de manuais escolares
G	Planificação e organização de visitas de estudo
H	Planificação e organização de festas e actividades culturais
I	Projecto educativo da escola
J	Plano anual da escola
L	Critérios de formação de turmas
M	Calendarização das reuniões
N	Organização do regulamento interno
O	Gestão dos espaços físicos
P	Projecto de orçamento da escola
Q	Elaboração e gestão do orçamento do grupo
R	Aquisição de recursos materiais/equipamentos
S	Questões de ordem disciplinar
T	Organização de acções de formação

Alunos

A	Organização do regulamento interno
B	Organização de actividades de tempos livres
C	Questões de ordem disciplinar
D	Elaboração do projecto educativo
E	Elaboração do plano anual da escola
F	Objectivos a atingir ao longo do ano
G	Programação e organização das visitas de estudo
H	Programação e organização de actividades culturais
I	Horários de funcionamento dos serviços da escola (papellaria, secretaria...)

Não docente

A	Distribuição de serviço
B	Organização das escalas de serviço
G	Eleição dos seus representantes no Conselho Executivo
H	Segurança das instalações
I	Distribuição dos espaços físicos (sala de funcionários, gabinete do chefe dos serviços ...)
J	Elaboração de um plano de actividades de formação
L	Elaboração do orçamento (nas rubricas que lhes podem dizer respeito tais como aquisição de fardamento, artigos de limpeza, etc.)
M	Classificação de serviço

Pais e encarregados de educação

A	O regulamento interno da escola
B	O projecto educativo da escola
C	O plano de actividades culturais e desportivas
D	As questões disciplinares e de comportamento dos alunos em geral
E	As questões disciplinares e de comportamento do seu educando
F	As questões relativas ao aproveitamento escolar dos alunos em geral
G	As questões relativas ao aproveitamento escolar do seu educando
H	Criação e organização da Associação de Pais
I	As questões de segurança da escola
J	Organização do calendário escolar

5. COOPERAÇÃO ENTRE PROFESSORES

- 3 – sempre;
- 2 – bastantes vezes;
- 1 – nunca.

	Apoio a colegas menos experientes
	Preparação de aulas sobre novas matérias
	Discussão de problemas de integração
	Preparação de reuniões de pais
	Construção de materiais de ensino
	Elaboração de fichas de avaliação
	Organização de actividades culturais
	Preparação de reuniões com entidades exteriores à escola
	Organização de apoios e complementos educativos
	Colaboração com profs. de outros ciclos de escolaridade
	Discussão do aproveitamento dos alunos
	Discussão de questões disciplinares e de comportamentos dos alunos
	Discussão de estratégias a adoptar para alunos com problemas
	Realização de experiências pedagógicas
	Discussão de problemas da condição docente
	Formulação de objectivos pedagógicos para a sua disciplina
	Definição de objectivos pedagógicos para a turma
	Planificação de várias unidades programáticas
	Organização de projectos e iniciativas
	Análise dos aspectos positivos e negativos do funcionamento da escola